

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

CLAUDIA VANDERLEIA VIEIRA GIRELI

**OS LIMITES QUE ENGENDRAM A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO
ASSISTENTE SOCIAL NA ATUALIDADE TEM RAÍZES? OU SE CONFIGURAM
EM UM NOVO DESAFIO PARA CATEGORIA PROFISSIONAL?**

**SÃO BORJA
2017**

CLAUDIA VANDERLEIA VIEIRA GIRELI

**OS LIMITES QUE ENGENDRAM A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO
ASSISTENTE SOCIAL NA ATUALIDADE TEM RAÍZES? OU SE CONFIGURAM
EM UM NOVO DESAFIO PARA CATEGORIA PROFISSIONAL?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Serviço Social da Universidade Federal
do Pampa, como requisito parcial para obtenção
do Título de Bacharel em Serviço Social.
Orientadora: Dr^a. Rosilaine Coradini Guilherme

**SÃO BORJA
2017**

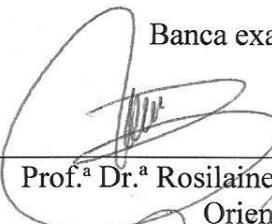
CLAUDIA VANDERLEIA VIEIRA GIRELI

OS LIMITES QUE ENGENDRAM A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ATUALIDADE TEM RAÍZES? OU SE CONFIGURAM EM UM NOVO DESAFIO PARA CATEGORIA PROFISSIONAL?

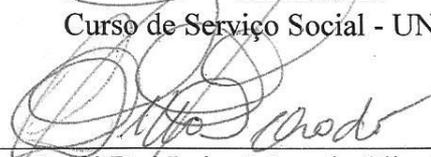
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em (Área do curso).

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 19 de dezembro de 2017.

Banca examinadora:



Prof.^a Dr.^a Rosilaine Coradini Guilherme
Orientadora
Curso de Serviço Social - UNIPAMPA



Prof.^a Dr.^a Loiva Mara de Oliveira Machado
Curso de Serviço Social - UNIPAMPA



Prof. Dr. Jorge Alexandre da Silva
Curso de Serviço Social - UNIPAMPA

Dedico esse trabalho aos usuários do Centro de Referências de Assistência Social – CRAS PARABOI – São Borja-RS, pois para um profissional qualificar-se, é necessário construir vínculos e conhecer suas vivências.

AGRADECIMENTOS

Neste momento tão especial, encerra-se uma etapa que considero um desafio, um caminho árduo na perspectiva de ultrapassar meus limites, mas deve-se considerar que a graduação contribui muito com o meu crescimento e renovação de saberes. Fortaleceu minhas bases para jamais desistir de algo, o enfrentamento das dificuldades deve ser feito. Este é um momento tão pessoal e ao mesmo tempo coletivo, pois sinto gratidão pela contribuição de muitas pessoas nessa caminhada.

Agradeço em especial;

A Escola da Vida, onde não tive o privilégio de cursar uma universidade na minha vida pregressa, depois de mais ou menos 17 anos, aqui estou, humildemente, orgulhosa de tamanha façanha. Diante disso, agradeço primeiramente a contribuição de cada usuário do Centro de Referência de Assistência Social, onde fui acolhida e criou-se os vínculos para esta estagiária desenvolver os dois processos do Estágio Curricular Supervisionado.

Assim penso que, essa oportunidade deve estender-se as supervisoras de campo/acadêmica, na pessoa de Aline Nolibus, assistente social que incessantemente partilhou o cotidiano do exercício profissional e concedeu a participação dos estagiários no seu trabalho em vários momentos de troca de saberes para realizar as intervenções. E isso se estende a todo quadro funcional, Coordenadora Julita Bottcher, Nelci, Mirna, Jairo, Virna, Amauri, Bernadete e Augusto.

Agradeço a supervisora acadêmica Loiva Mara de Oliveira Machado, digo, uma profissional que me adotou, pois fui uma das últimas acadêmicas a ter um supervisor e com tantas demandas na sua carreira profissional, possibilitou a realização do estágio. Obrigado Loiva pelas contribuições tanto na supervisão como no seu olhar sensível nas minhas dificuldades, valeuuu...

Desse modo, remeto meu agradecimento a todos os professores do Curso de Serviço Social e reconheço que não é fácil ensinar até estourar “a pipoca”, isso vale até desconstruirmos as ideologias que vivenciamos antes de chegar à universidade. Não posso esquecer-me do “Salve Jorge”, querido “mestre” Jorge Alexandre, que me deu a primeira oportunidade em seu Projeto de Extensão que não vingou, mas trouxe a experiência das intervenções no âmbito da Educação.

Com carinho devo agradecer a minha orientadora Rosilaine Coradini que não mediu esforços como profissional e ser humano para sua orientanda chegar até aqui. Agradeço imensamente por entender meus anseios, dificuldades para buscar conhecimento e no final,

depois de muitas “artes” acho que consegui delinear o sentido da profissão, um constante desafio. Nunca o que se sabe é suficiente, a busca não se limita para apreender a realidade. Obrigado!

Em especial, ao meu companheiro Cezar Gireli, somente quem ama muito, resiste às horas que amanhecia e, você esteve sempre ali, pensando em meu futuro. Agradeço os cafés da manhã cama para me fortalecer, os lanches, caronas, xerox, entre outros. Remeto o mesmo amor aos meus filhos, Leonardo e Rafaela, Adrielli, Lucas e netos: Manuella, Cadu e Bento. Sempre estiveram nos bastidores orgulhosos de cada conquista. Desculpem a minha ausência em certos momentos.

Aos meus pais, em especial a minha mãe Neuza que nos deixou a pouco, Deus deve estar cuidando dela agora. O que fica é meu eterno amor, os conselhos. A conclusão da graduação é um presente para você, seu último pedido três dias antes de partir. Ao meu pai Vanderli, obrigado pela preocupação, o carinho e a educação que trouxe para vida. O exemplo de ser simplesmente feliz e olhar para todos sem distinção. A meus irmãos, obrigado por acreditarem que chegaria até aqui.

Amigas (os) de longa data que participaram desta caminhada, em especial as incentivadoras que me levaram a retomar os estudos, Flavia Renner e Simone Streck. Obrigado!

Meu agradecimento a duas colegas: Bianca e Irene, pessoas que o processo acadêmico possibilitou conhecer. Ganhei duas amigas que hoje fazem parte de minha família, apesar da diferença de idade elas me ensinaram muito, não fizeram diferença e me auxiliaram em todos os sentidos, por exemplo, muito explicavam as temáticas que tive dificuldade, muito analisaram meus trabalhos acadêmicos para ver meu desenvolvimento. “As três Mosqueteiras”, nossa luta não foi fácil, uma segurava a outra sobre qualquer tempo, seja na alegria ou na tristeza. Muito obrigada amigas!

Deixo uma reflexão: “Uma Universidade Pública como a Unipampa, Campos São Borja proporcionou a essa acadêmica, as chaves do “castelo”, assim o conhecimento adquirido não se encerra aqui no final da graduação, mas abri um leque de oportunidades para uma constante busca e curiosidade para aprimorar os saberes”. Obrigada!

Confuso amanhecer, de alma ofertante
e angústias sofredas,
injustiças e fomes e contrastes
e lutas e achados rutilantes
de riquezas da mente e do trabalho,
meu passo vai seguindo
no ziguezague de equívocos,
de esperanças que malogram mas renascem
de sua cinza morna.
Vai comigo meu projeto
entre sombras, minha luz
de bolso me orienta
ou sou eu mesmo o caminho a procurar-se?

Carlos Drummond de Andrade*

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo problematizar como se configura o processo de precarização do trabalho do assistente social na sociedade contemporânea, tendo como norte o projeto Ético-Político Profissional, visando contribuir com o fortalecimento da categoria profissional enquanto classe trabalhadora. Nesta perspectiva, pretende-se contribuir com subsídios que fortaleçam os debates sobre essa temática no âmbito da categoria profissional, acadêmica e nos espaços sócio-ocupacionais, o qual envolve o trabalho do assistente social diante do contexto contemporâneo de precarização do mundo do trabalho. Assim considera-se que a partir da retomada intelectual da magnitude do Projeto Ético-Político pelos profissionais e futuros assistentes sociais, surgirão as preposições para mudar a realidade que precariza o exercício profissional, reafirmando o papel do Serviço Social nos espaços sócio-ocupacionais em que se inserem. A escolha da temática decorre de inquietações decorrentes do processo de formação acadêmica junto ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa - Campos São Borja – RS. Dessas inquietações surgiram o seguinte questionamento: Como se configura o processo de precarização do trabalho do assistente social na sociedade contemporânea? Nesse sentido, o desenvolvimento deste estudo está fundamentado no método materialista, histórico e dialético, em que consiste em uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, envolvendo fontes documental e bibliográfica. Diante disso, por meio das reflexões desenvolvidas ao longo do estudo, é possível referir que há desafios concretos no processo de precarização do trabalho do assistente social. Um dos desafios pauta-se em potencializar o objetivo do projeto Ético Político Profissional, a modo de fortalecer as bases do exercício profissional, entendido como enfrentamento à realidade contemporânea, na perspectiva de se construir estratégias coletivas que visem o enfrentamento das novas configurações das expressões da questão social, que se manifestam a partir da precarização do trabalho. Outro desafio, reafirmar qual o papel do Serviço Social nos espaços sócio-ocupacionais, incluindo a gestão, a rede de serviços na perspectiva de desfazer o viés assistencialista contido na sua trajetória histórica, que ainda persiste e acaba de alguma forma precarizando o exercício profissional. Por outro lado, existem potencialidades, dentre as quais se destacam a base acadêmica, o compromisso docente profissional e discente, o papel do estágio sendo as potencialidades para se chegar aos objetivos propostos, pois se entende que são esses os vínculos para aproximar-se da realidade do cotidiano de trabalho do assistente social e que possam compartilhar os saberes para juntos fortalecer esse profissional de ponta, e assim materializar o projeto Ético Político.

Palavras-Chave: trabalho, precarização do trabalho, serviço social

ABSTRACT

The purpose of this study regarding the professional practice of Social Workers, is to problematize how the process of precarization is shaped in contemporary society, based in the professional ethical-political Project, aims to strengthen the professional category as a working class as the pursuit for a guide, to the materialization of the Ethical-Political Project. Addressing this perspective there is a need to contribute with subsidies that uphold the debates on this theme within the scope of the professional category, academic and in the socio-occupational spaces, which involves the service of the Social Workers along the context of the current precariousness of the labour world. Thus, it is considered that from the intellectual retaking of the magnitude of the Ethical-Political Project by professionals and future Social Workers, the prepositions will arise to change the reality that precarizes the professional exercise, reaffirming the role of Social Work in the socio-occupational spaces in which are inserted. The choice of subjects stems from concerns about the academic education process at the School of Social Work at the Universidade Federal do Pampa - Campos São Borja – RS. Thereby emerged the following question: How is shaped the process of precarization in the labour context of social workers in contemporary society? In this sense, the development of this study is based on the materialistic, historical and dialectical method, consisting of qualitative exploratory research involving documentary and bibliographic sources. So through the reflections developed along the study, it is possible to mention that there are concrete challenges in the process of precarization in labour of the Social Worker. One of the challenges is to strengthen the objective of the Ethical and Professional Political Project in order to strengthen the bases of the professional practice, the confrontation of the contemporary reality, with the perspective of constructing collective strategies that aim to confront the new configurations of the expressions of the social question, which are manifested from the precariousness of work. Another challenge is to reaffirm the role of Social Service in the social-occupational spaces, including management, the service network, with a view to undoing the assistance that is contained in its historical trajectory, which still persists and ends up in some way precarious professional practice. On the other hand, there are potentialities, among which are the academic base, the professional and student teaching commitment, the role of the internship being the potentialities to reach the proposed objectives, Perhaps these are the links to approach the reality of the daily work of the social worker, so would be a share the knowledge and together strengthen this high-profile professional and this way materialize the Ethical Political Project.

Keywords: work, Precarization of Work, social work

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS - Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
BPC - Benefício Proteção Continuada
CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEAS - Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social
ENESS - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
MEC - Ministério de Educação e do Desporto
NOB/RH SUAS - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Saúde
NOB/SUAS - Norma Operacional Básica – Recursos Humanos
PAIF - Serviços de Fortalecimento Vínculos Familiares e Comunitários
PBF- Programa Bolsa Família
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
RS - Rio Grande do Sul
SESU - Secretaria de Educação Superior
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
UCISS - União Católica Internacional do Serviço Social
USA – Estados Unidos da América

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA: UM RESGATE HISTÓRICO E CONCEITUAL	18
2.1 Dimensões da Categoria Trabalho.....	18
2.2 Do Trabalho Escravo ao Trabalho Livre Assalariado.....	23
2.3 Do Fordismo/Taylorismo à Acumulação Flexível	29
3 SERVIÇO SOCIAL: DA GÊNESE À CONTEMPORANEIDADE.....	37
3.1 A institucionalização do Serviço Social no Brasil e as suas influências teórico- metodológicas.....	37
3.2 Serviço Social na contemporaneidade: a precarização do trabalho do assistente social e o projeto Ético-Político	49
4 RELATO DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS PARABOI	56
4.1 Realidade do Centro de Referência de assistência Social – CRAS PARABOI.....	56
4.2 Desafios e Avanços na atualidade do CRAS-PARABOI perante o trabalho do assistente social	61
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERÊNCIAS	81

1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho Final de Graduação é resultado das inquietações decorrentes do processo de formação acadêmica junto ao Curso de Serviço Social, da Universidade Federal do Pampa, campus São Borja/RS, no que se refere ao processo de precarização do trabalho do assistente social na sociedade contemporânea, respaldado no projeto Ético-Político Profissional. Torna-se relevante a elaboração deste estudo, no sentido de possibilitar a reflexão acerca do processo de precarização do trabalho do assistente social, no intuito de contribuir para o fortalecimento de processos de resistências da categoria profissional.

Assim, o objetivo geral que norteou a pesquisa tem como propósito refletir a respeito do processo de precarização do trabalho do assistente social na sociedade contemporânea, fundamentado no projeto Ético Político, a fim de explicitar os desafios e as contradições presentes no âmbito institucional sócio-ocupacional. Com isso, pretende-se contribuir com subsídios que fortaleçam a categoria no seu cotidiano profissional, tendo como direcionamento o projeto Ético-Político Profissional. Nesse sentido elaborou-se o seguinte problema de estudo: Como se configura o processo de precarização do trabalho do assistente social na sociedade contemporânea, com sustentação no projeto Ético-Político Profissional?

Para melhor desempenho do problema e do objetivo geral do estudo, desenvolveram-se quatro objetivos específicos: refletir acerca da categoria trabalho na sociedade capitalista, objetivando explicitar as suas dimensões contraditórias; apontar como se estabelece o contexto histórico do Serviço Social no Brasil e os desdobramentos no âmbito do exercício profissional; analisar o conjunto de transformações ocorridas na esfera do trabalho na sociedade contemporânea, originando a precarização do trabalho do assistente social e as incidências para a materialização do projeto Ético-Político Profissional; relatar a experiência de estágio I e II no Centro de Referência de Assistência vivenciada no CRAS Paraboi – São Borja/RS, objetivando contribuir com o processo de explicitação e enfrentamento da precarização do trabalho do assistente social no âmbito do CRAS.

Com base nisso, foram desenvolvidas quatro questões norteadoras que deram visibilidade ao estudo, por exemplo: Qual é a influência da categoria trabalho na sociedade capitalista diante de suas dimensões contraditórias? Vislumbrou-se realizar um estudo acerca da categoria trabalho na sociedade capitalista, trazendo aspectos relevantes do contexto sócio-histórico de maneira a contribuir no processo de entendimento desta categoria. Também se procurou evidenciar quais as incidências do modo de produção capitalista na precarização do mundo do trabalho.

A segunda questão elementar dialoga a respeito de: Como se estabelece o contexto histórico do Serviço Social no Brasil e os desdobramentos no âmbito do exercício profissional? As reflexões decorrentes desse questionamento pretendem problematizar a conjuntura histórica da profissão no Brasil, trazendo importantes perspectivas acerca da prática institucional. Assim o estudo deve pautar de forma breve uma reflexão das correntes teórico-metodológicas que influenciaram as forças determinantes da origem do Serviço Social e sua relação com o contexto brasileiro para compreender a profissão.

A terceira questão orientadora envolveu: a reflexão a respeito de: Como se estabelece o conjunto de transformações ocorridas na esfera do trabalho na sociedade contemporânea, originando a precarização do trabalho do assistente social e as incidências para a materialização do Projeto Ético Político Profissional? Propõe-se analisar o conjunto de transformações que se imbricaram diante da esfera de trabalho na sociedade capitalista, no qual a propõe-se buscar a precarização do trabalho do assistente social onde emergem as incidências para a materialização do projeto Ético Político do Serviço Social.

A quarta e última questão norteadora irá razoar: Quais as observações da experiência no período de Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório I e II para contribuir com a elucidação do processo de precarização do trabalho do assistente social na contemporaneidade? Entende-se que a discussão a respeito dessa temática, venha contribuir com o processo de explicitação e enfrentamento da precarização do trabalho do assistente social no âmbito da Proteção Social Básica na política de assistência social.

Neste sentido, a existência de produções no campo do conhecimento do Serviço Social sobre este tema, é de suma importância à pesquisa de modo a traçar a trajetória das influências das dimensões contraditórias da precarização do trabalho em si. Isso alude qualquer forma de trabalho no mundo das relações sociais, onde o assistente social está inserido e não deve ser particularizado. O que incide que o mesmo, é um trabalhador que também vende sua força de trabalho, enfrentando as mazelas de qualquer trabalhador assalariado, exposto a quaisquer formas de exploração e violação de seus direitos.

Desse modo, o estudo busca ancorar-se em autores renomados do Serviço Social partindo de conceituações e contextualizações históricas relevantes para esse estudo. Assim, a fim dar visibilidade ao processo de precarização do trabalho do assistente social, inicialmente será relevante refletir a respeito da influência da categoria trabalho e suas dimensões contraditórias no mundo do trabalho para aproximar-se das configurações desse processo na atualidade.

Diante disso, optou-se pelo método crítico-dialético de Marx, como suporte para o presente estudo, o que indica optar por fontes bibliográficas vinculadas a essa corrente teórico-metodológica. Os fenômenos estão imbricados na construção do conhecimento, numa perspectiva dialética crítica para apreender o concreto numa realidade dinâmica. Diante disso, GOMES (2010, p.19) afirma que esse método, visa desvelar “contradições e questionamentos constantes”.

Assim, a análise do método não deve ser realizada de forma isolada, como também, não pode ser considerada algo pronto. Compreende-se que uma análise pode ser considerada múltipla, forma outras partes, se transformam em outros questionamentos. Em uma palavra: a apropriação desses objetos de forma fragmentada, não daria condições de apreender os fenômenos.

Em busca da realidade do tema de estudo, fundamentou-se nas categorias do método dialético-crítico: historicidade, contradição, mediação e totalidade, que darão subsídios, a modo de não fragmentar e dar condições para apreender a essência do fenômeno. A partir desse enfoque, cabe enunciar a representação dessas categorias. Sabido que elas estão interligadas dialeticamente no centro do processo da análise da realidade em movimento.

Para contemplar a pesquisa considerando Netto (2011) a categoria historicidade permite a apreensão do objeto, ou seja, ela está centrada na vida do ser social, nos processos históricos da estrutura e conjuntura da sociedade, entre outros. Nessa categoria evidenciam-se múltiplas determinações, variações e manifestações. A contribuição dessa categoria consente refletir sobre o conceito da categoria trabalho pontuando algumas dimensões contraditórias, delimitando seus processos históricos.

Ainda conforme Netto (2011) a categoria contradição presume-se ser o motor da realidade, ou seja, a luta dos opostos, tanto ela pode permanecer ou romper, mas também pode destruir ou ser criadora, pode conservar e superar. A partir dessa categoria o estudo delimita um recorte sobre gênese do Serviço Social, suas correntes-metodológicas, a sua inserção no Brasil, suas premissas compondo seus desdobramentos no âmbito do exercício profissional para apreender seus fenômenos contraditórios.

Diante disso a ponto de problematizar sobre as contradições que envolvem o universo da realidade do trabalho do assistente social, a perspectiva é de se fazer uma análise. Essa análise engloba o conjunto de transformações ocorridas na esfera do trabalho na sociedade contemporânea, originando a precarização do trabalho do assistente social e as incidências para a materialização do projeto Ético-Político Profissional.

Nesse contexto a pesquisa pressupõe abarcar subsídios para realizar sucessivas aproximações com o objeto de estudo, a partir da categoria mediação. Entende-se por mediação a superação do imediato, é onde sustentam as outras categorias que estão no plano real que levará o pesquisador chegar a uma totalidade. Essa categoria possibilita ultrapassar o a aparência a modo de se chegar à essência do objeto.

Segundo Pontes (2002) a categoria mediação possui dois sentidos perante a ontologia do ser social, a ontológica (representa o real) e reflexiva (está no plano da razão). Mediante ao campo das mediações identifica-se que há possibilidades de compreender os fenômenos, observando-os não como se fossem fatos isolados, mas pertencentes de um complexo social e suas múltiplas formas que habitam na existência do ser social de produção e reprodução de homem e de mundo.

É a partir dessa categoria que o estudo pressupõe explicitar a experiência de estágio a ponto de refletir acerca da precarização do trabalho, partindo da Proteção Básica no Centro de Referências de Assistência Social (CRAS) localizado no município de São Borja-RS. Com base na conceituação da categoria trabalho, visto anteriormente, ou seja, onde o homem se realiza e através dele e seus movimentos na realidade, busca-se apreender sua totalidade para compreender as dimensões contraditórias da precarização do trabalho imbricadas na contemporaneidade.

Diante disso, compreende-se que a categoria totalidade constitui a junção de fatores diversos, resultando numa interconexão, ao tempo expressar a dialética marxista, isso é relevante, pois chega no cerne dos fenômenos e poderá desvendar as interconexões. Segundo Guerra (2009) essa apreensão pode ser considerada um processo de totalização, ao qual o pesquisador pode interpretar como uma perspectiva de totalidade, também pode ser concebida a modo mais abrangente, ou seja, pode ser compreendida como totalidade num estado de permanente processo de totalização.

Outro ponto a destacar segundo Guerra (2009) versa que a totalidade direciona sobre três dimensões que constituem a realidade: a singularidade, a particularidade e a universalidade. Essas estão condensadas no objeto, são articuladas entre si, também são partes que podem ser implicadas, explicadas e interpretadas de forma ampla.

Compreende-se que a singularidade implica na captura do fenômeno, é o empírico presente no cotidiano, nos fatos que irão partir de teorias e leis. A particularidade possibilita diante da análise da pesquisa uma reflexão sobre o fenômeno, busca as determinações para obter a compreensão de como elas se articulam com as outras.

A universalidade propicia o desvendamento da essência em suas múltiplas facetas, nesse último, pode estar o social, a política, econômico, entre outros. Evidencia-se que essas categorias se destacam como pilares para o estudo, sendo a base para desvendar o movimento da realidade, pois está sempre em movimento, compreendendo totalidade dos fenômenos.

Perante tais considerações, a perspectiva pelo método dialético crítico, o qual dará sustentação epistemológica para o estudo, proporcionando e organizando os materiais como: bibliografias na forma de livros e artigos produzidos a partir da área de conhecimento das ciências humanas e sociais; documentos abrangendo algumas legislações e materiais produzidos no processo de estágio curricular obrigatório em Serviço Social, o qual foi realizado no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Paraboí de São Borja-RS, no período de agosto a dezembro de 2016 e março a agosto de 2017.

Isso propicia sucessivas aproximações e refletir sobre o objeto. Para complementar a ação do planejar durante todo o processo do presente estudo vislumbrou-se a criatividade, habilidade para executar a coleta de dados e outros meios para fazer aproximações pressupondo apreender dimensões qualitativas e quantitativas que abarcam da experiência de estágio, nesse caso permeará o cotidiano do exercício profissional entre outros.

No entanto optou-se por realizar uma pesquisa que englobe a gênese do Serviço Social no Brasil, sendo necessário conceituar anteriormente a categoria trabalho para compreender um todo. Assim, a escolha adequada foi elencar a pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, mediante fontes documentais e bibliográficas, de maneira articulada ao relato de experiência de estágio. Diante disso o estudo focará aspectos qualitativos decorrentes de bibliografias e documentos como: Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB/RHSUAS), bem como os documentos produzidos no período de estágio como análise institucional e projeto de intervenção.

Assim o presente estudo foi construído embasado na análise de dados, que pode ser definida como um conjunto de instrumentos metodológicos, pois se compreende que estão em constante aperfeiçoamento e implica em analisar as diferentes técnicas de análise com base em diferentes autores. Desse modo, será utilizada a Análise de Conteúdo de Gil (1987) constituído por três fases: a) pré-análise; b) exploração do material; c) tratamento dos dados, inferência e interpretação.

O presente estudo está estruturado em quatro capítulos, sendo que o primeiro compõe a introdução. O segundo capítulo propõe refletir acerca da categoria trabalho na sociedade capitalista, visando explicitar as suas dimensões contraditórias para complementá-lo será

necessário elencar subcapítulos com perspectiva de aprofundar essa análise com elementos que constituem a categoria trabalho. O primeiro subtítulo irá aludir as dimensões da categoria trabalho perante a evolução de homem e sociedade. Logo, elenca-se um novo subitem apreender as modalidades de trabalho escravo ao trabalho livre assalariado, trabalho livre com as incidências do modo de produção capitalista e sua relação com o trabalho alienado, no último subcapítulo reflete-se o fordismo/toyotismo e acumulação flexível, para buscar subsídios históricos sobre esses modelos de reestruturação e os reflexos sobre a categoria trabalho.

O terceiro capítulo irá discorrer sobre o Serviço Social no Brasil da gênese à contemporaneidade, trazendo aspectos relevantes sobre a institucionalização e as suas influências teórico-metodológicas, além disso, será abordado a precarização do trabalho do assistente social, trazendo as transformações e as consequências que ocorrem neste processo. Neste contexto, buscou-se refletir a respeito do projeto Ético Político Profissional, em que este norteia a categoria profissional, buscando criar estratégias que venham possibilitar o movimento de luta e resistência dos profissionais contra a precarização no âmbito institucional.

No quarto capítulo, desenvolve alguns aspectos referentes ao relato da experiência de Estágio no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Paraboi, trazendo a realidade institucional, a proposta dessa análise consiste em trazer elementos que configuram a realidade desta instituição diante da precarização do trabalho do assistente social. Logo, apresenta-se a experiência de estágio: a contribuição da tríade (supervisor acadêmico/campo e estagiário), a partilha de conhecimento que pode qualificar a formação do estagiário e potencializar o trabalho do assistente social na instituição. Diante disso, objetiva discorrer os desafios e avanços na atualidade da instituição CRAS, perante o trabalho do assistente social. Ao dar visibilidade ao papel do/a profissional assistente social, diante dos enfrentamentos dessa realidade no sentido de refletir sobre o exercício profissional na instituição CRAS Paraboi.

Portanto, encerrando os elementos textuais do presente estudo apresentam-se as considerações finais, onde são realizados encaminhamentos e conclusões pautadas na síntese de forma reflexiva que geram aproximações ao problema de estudo. Destacando as descobertas, a respeito do processo de precarização do trabalho do assistente social na sociedade contemporânea, alicerçado no projeto Ético-Político Profissional, trazendo proposições e resultados do estudo acerca da temática apresentada.

2 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA: UM RESGATE HISTÓRICO E CONCEITUAL

O presente capítulo tem como objetivo refletir acerca da categoria trabalho na sociedade capitalista, visando explicitar as suas dimensões contraditórias e, com isso, contribuir para o fortalecimento de processos de resistências da classe trabalhadora, tendo como referência a teoria crítica de vertente Marxiana. A partir disso, versará a conceituação da categoria trabalho a modo de especificar a configuração e relação para com a vida do ser social. Logo, pretende-se explicitar como ela incide na sociedade capitalista.

Para complementar esse capítulo será necessário elencar subcapítulos com perspectiva de aprofundar a análise com elementos que constituem a categoria trabalho. O primeiro subcapítulo elenca as formas histórico-societais do trabalho, perante a evolução de homem e sociedade, a partir de suas duas dimensões: o trabalho e seu significado histórico-ontológico e o trabalho em suas múltiplas formas histórico-societais.

Logo, no segundo subcapítulo, pretende-se apreender o contexto histórico que envolve o trabalho escravo ao trabalho livre assalariado, com as incidências do modo de produção capitalista e sua relação com o trabalho alienado.

Nessa perspectiva, o estudo propõe discorrer, no terceiro subcapítulo, a transição do fordismo/taylorismo para Acumulação Flexível/Toyotismo, enfatizando os processos de precarização do trabalho na contemporaneidade. Pretende-se aprofundar aspectos relevantes a respeito da configuração do modo de produção capitalista, considerando que o mesmo atinge diretamente a classe que vive do trabalho. O intuito é problematizar a categoria trabalho, a fim de apreender seu sentido na vida do homem e como ela se estrutura diante da evolução humana e a natureza.

2.1 Dimensões da Categoria Trabalho

Entende-se que inicialmente o homem detinha os meios de trabalho, com o aperfeiçoamento da atividade de trabalho surgiram outros desafios que tomaram outras proporções e açabarcando outras formas de trabalho que se distinguem da origem primitiva. O contexto histórico primitivo baseava-se pela caça e coleta de alimentos da Natureza¹ e

¹ Natureza – está palavra algumas vezes no texto procederá com “N” maiúsculo, pois essa opção tem como intuito preservar a linguagem do autor, no caso Alves (2007).

expressava a socialização e cooperação social, o que diverge com o desenvolvimento humano e do trabalho em si na atualidade.

Nesse aspecto, o contraditório se apresenta na forma social, nas relações sociais entre os homens, por certo o desenvolvimento humano tomou os rumos de acumulação de riqueza, explorando e expropriando a força de trabalho do trabalhador. Considerando a teoria social crítica de vertente marxiana, é a partir do trabalho que homem se torna um ser social. Essa categoria, no sentido histórico-ontológico remete que o trabalho é um intercâmbio orgânico, envolvendo o homem e a natureza, no qual o mesmo a transforma e transforma a si mesmo.

Desse modo, o trabalho passa a estruturar as atividades da vida humana, no sentido de mudar as formas da matéria contemplando objetivações para satisfazer as necessidades vitais. Diante disso, o homem se constitui por meio do seu trabalho, diferenciando-se de outras espécies de animais (chimpanzés, gorilas) por “conseguir evoluir e desenvolver a cultura e linguagem através do trabalho” (ALVES, 2007, p. 72). Entende-se, tendo como base as ideias do autor, que o trabalho deixa de ser simplesmente uma atividade instrumental e transformou-se um meio de socialização, como também onde se desenvolve as forças produtivas;

Ao se abstrair do cerco imediato da Natureza, o homem conseguiu projetar seu dever humano-genérico, constituindo formas de virtualização de si e do mundo social. Não apenas projetou novas ferramentas de trabalho e de intervenção prático social na Natureza, mas elaborou formas complexas de consciência do mundo e de si próprio (ALVES, 2007, p. 72).

O autor em referência que a evolução humana como um ser capaz de dar um salto ontológico ocorre a partir do trabalho, e isso ocorre mediante as atividades que o ser humano realiza transformando a natureza em formas materiais para sobreviver. Objetivando essas ações passa a desenvolver-se, criando uma nova identidade, o ser social.

Sob a perspectiva marxiana, o homem objetiva-se pela produção e reprodução da vida material e humana, algo que se efetiva pelo trabalho. É por meio dessa atividade que o indivíduo se torna um ser social, diferenciando-se dos demais seres não humanos. O trabalho, então, é ontológico por ser fundante do ser social (FERREIRA, 2012, p. 10).

Desse modo, entende-se que o ser social origina-se por meio da atividade do trabalho humano e torna-se produto da própria atividade de trabalho. Nesse intuito o ser humano insere-se dominando a Natureza, modificando-a, utilizando sua forma material em outros objetos para um determinado fim. Considerando Iamamoto (2015, p. 60); “O trabalho é uma

atividade fundamental do homem, pois mediatiza a satisfação de suas necessidades diante da natureza e de outros homens”. Em outras palavras;

É por meio do trabalho que o homem se afirma como um ser que dá respostas prático-conscientes aos seus carecimentos, às suas necessidades. O trabalho é, pois, o selo distintivo da atividade humana. Primeiro, porque o homem é o único ser que, ao realizar o trabalho, é capaz de projetar, antecipadamente, na sua mente o resultado a ser obtido. Em outros termos, no trabalho tem-se uma antecipação e projeção de resultados, isto é dispõe de uma dimensão teleológica (IAMAMOTO, 2015, p. 60).

No entanto, entende-se que é por meio do trabalho que o ser humano produz seus próprios meios e fins para sobreviver, tanto material como intelectual. Desse modo, por meio da prévia-ideação ele objetiva, projeta uma ideia pressupondo resultados, entendido como teleologia. Assim, nota-se que o trabalho humano pode ser considerado uma atividade social intrínseca. Diante disso, o desenvolvimento dos atributos da espécie humana a partir da atividade do trabalho junto a um processo que envolve três intercâmbios da natureza mediados: a consciência, a técnica e a sociabilidade.

Conforme Alves (2007) essa mediação só é possível pela peculiaridade da espécie humana, por meio das relações sociais entre outros homens. Assim esses intercâmbios são distintos entre si, ou seja, um complementa o outro a partir das necessidades que o trabalho se expande dentro do processo de evolução da civilização do ser genérico homem.

Segundo o autor citado, o primeiro intercâmbio da natureza como visto anteriormente, mantém sua base na racionalidade, quando o homem objetiva suas ações, pressupondo uma prévia-ideação na sua consciência e a partir de sua comunicação com outros homens. O segundo intercâmbio incide de um intercâmbio técnico. O ser humano produz os objetos de trabalho, utilizando suas habilidades para gerar os meios de produção da vida social. Assim como outras formas de objetivação que mais tarde tornam-se uma imposição sobre os homens. Mediante esse aspecto identifica-se na Antiguidade precede-se uma conotação diferenciada quando estiver posta nas relações sociais estranhadas que precederá no “surgimento das sociedades de classe” (ALVES, 2007, p. 73). Ainda o mesmo autor revela que essas são característica do homem, um meio de humanizar-se. Desse modo a prática instrumental, ou seja, a técnica, também é uma característica humana, seguida ao longo do tempo da prática científica e a tecnológica. Na concepção do autor, o segundo intercâmbio constituiu-se por meio das intervenções do homem, criando sua própria ciência, o mundo social e cultural, buscando suprir suas necessidades. A relevância deste intercâmbio recai

sobre o desenvolvimento da tecnologia, onde o homem registra mais um diferencial, aprimorando a técnica para atender os interesses do capital.

Nas reflexões desse último autor, o terceiro intercâmbio orgânico com a natureza pode ser entendido como um intercâmbio interativo-social, aludindo à sociabilidade e isso ocorre por meio da consciência e da técnica. Nesse aspecto gerou-se um complexo que determinou as relações sociais entre os homens, ou seja, inaugura-se a cooperação social, impondo-se sobre a evolução da vida humana adquirindo diversificadas formas sócio-históricas. Essa imposição é determinada pelas relações de propriedade social e pelo fator de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho.

Entretanto os intercâmbios entre o homem e a natureza podem ser considerados as mediações necessárias que fundamentaram o desenvolvimento da espécie humana, a partir da atividade de trabalho humano. Nesse sentido, o ser social socializa as atividades de trabalho gerando as relações entre os homens que buscam aprimorar o trabalho, gerando as múltiplas formas de trabalho sociais que dependem das forças produtivas. É nesse contexto que incide a primeira dimensão, configurada pela categoria trabalho e seu significado histórico-ontológico. Ou seja, é trabalho como intercâmbio entre o ser humano e a natureza. Princípio ontológico que forma o ser social a partir da sua relação entre ser humano e natureza. Em que, o consciente e o racional se relacionam entre si no sentido de mudar as formas da matéria. A segunda dimensão que compõe a categoria trabalho é o trabalho e suas múltiplas formas histórico-sociais. Essa dimensão pode ser considerada a segunda determinação do trabalho, a partir do processo civilizatório instaurado na dimensão histórico-ontológica. Evidencia-se nessa dimensão o surgimento das múltiplas formas sociais que decorrem do desenvolvimento histórico. Ainda conforme Alves (2007), as múltiplas formas sociais estão imbricadas pelas formas de propriedade, as relações sociais e conforme a condição que se desenvolvem as forças produtivas sociais do trabalho social. Essas múltiplas formas podem ser distintas no período pré-capitalista, pois as formas sociais derivam de múltiplas atividades pela prática instrumental, na qual o homem lutava pela sua sobrevivência.

Diante disso, cabe salientar que a atividade do trabalho era visto como predatório, pois o homem caçava, coletava, extraia minerais e pescava por meio da criação de suas próprias ferramentas extraídas de matéria da natureza. Nesse caso, fica aquém da criação da agricultura onde o ser humano se torna produtor social, surgindo às primeiras civilizações. Afirma Alves (2007);

Procuraremos destacar as formas de ser do trabalho pré-capitalista. Na verdade, antes do modo de produção capitalista, temos que falar de formas sociais do trabalho (no plural), pois múltiplas eram as atividades prático-instrumentais de luta pela existência do homem. E não apenas isso: elas não estavam integradas, como hoje, a um metabolismo sistêmico de produção e reprodução social. Pode-se, deste modo, falar, no caso das sociedades pré-capitalistas, de mundos do trabalho (no plural) (ALVES, 2007, p. 76).

Observa-se que essas atividades não estavam integradas, o homem era detentor dos meios de trabalho, ele objetivava suas ações, criando suas próprias técnicas e habilidades para a fabricação de utensílios, a caça, a coleta, a pesca, entre outros. O que diverge do atual modo de produção capitalista que integra toda força de trabalho através de seu metabolismo sistêmico que impõe a produção e a reprodução social. Considerando Alves (2007, p.76): “É apenas com o capitalismo que tenderá a se constituir o mundo do trabalho propriamente dito (no singular), isto é, a forma social do trabalho sob a vigência do trabalho abstrato”. Nas palavras do autor explicita-se o processo ao modo de produção;

Foi por meio do processo sócio-histórico de expropriação e espoliação de pequenos produtores proletariados que surgiu a categoria social de força de trabalho como mercadoria. A expulsão de pequenos produtores de suas terras ou a proletarização de pequenos artesãos, ocorridos na Europa Ocidental por volta do século XVI em diante, marcou a gênese da civilização do capital. O processo histórico que deu origem ao modo de produção capitalista por meio da expropriação e espoliação, processos de natureza extra-econômica, foi denominado por Marx de “acumulação primitiva” (ALVES, 2007, p.76).

Na concepção do autor o trabalho é visto como uma forma estranhada, ou seja, o trabalho social passa a ser negado como forma de humanização e hominização. Salienta-se esse pressuposto como a contradição imposta pelo capital, pois toda forma de trabalho passa a ter um modo de cooperação social que assim deriva a apropriação do produto social sobre a atividade de trabalho. Entende-se trabalho abstrato deriva do único meio de atividade para o homem sobreviver. Esta forma de trabalho faz com que ser humano não se reconheça no processo sistêmico de acumulação de valor, onde ocorre a apropriação da riqueza socialmente produzida. Por outro lado, nota-se que o ser humano de certa forma, não excluiu a dimensão de intercâmbio com a natureza. Hoje no século XXI, ele luta para satisfazer as múltiplas necessidades vitais.

Em síntese, a breve reflexão desenvolvida no presente subcapítulo apresenta a relevância das dimensões da categoria trabalho para o desenvolvimento da espécie humana e do mundo do trabalho social, pois na sua primeira forma o trabalho humano surge diante do meio primitivo e vai se configurando na medida em que o ser humano necessita criar seus

próprios meio de trabalho para sobreviver. A partir de certo grau de desenvolvimento, o homem passa a interagir por meio de seus atributos que o diferenciam de outras espécies, ocorrendo assim à cooperação social, que mediado pela consciência, à fala e a técnica.

Nesse sentido, no próximo subcapítulo pressupõe-se discorrer o contexto histórico das formas de trabalho que evidenciaram desde a Antiguidade aos tempos atuais. Saliendo que para apreender o atual processo de precarização do trabalho do assistente social – trabalhador que vende sua força de trabalho – é necessário fundamentar em linhas gerais o trabalho desde sua gênese. Com a evolução do homem e do mundo do trabalho surgem determinadas formas sociais e em cada uma existem divergências complexas e diversificadas.

2.2 Do Trabalho Escravo ao Trabalho Livre Assalariado

As formas sociais do trabalho podem ser evidenciadas conforme peculiaridades e as decorrências em cada determinação sócio-histórica, devido influências das relações de poder e desenvolvimento das forças produtivas como visto anteriormente.

Para discorrer sobre o trabalho escravo ao trabalho assalariado, é necessário retomar alguns aspectos a respeito do trabalho na sociedade primitiva, citados anteriormente. Conforme Alves (2007), a espécie humana era uma espécie de animal social que produzia seus próprios utensílios. Entende-se que, a partir da atividade artesanal, o *homo sapiens* dominava o processo de trabalho que consiste um conjunto de elementos que fundamentou o trabalho vivo como: a força de trabalho, meios de trabalho e a matéria-prima retirada da natureza.

O autor ainda salienta que esses elementos podem ser vistos a partir da atividade artesanal, na criação de objetos. Menciona que essa atividade é o trabalho vivo, referindo-se as técnicas e habilidades utilizadas para transformar a matéria-prima em utensílios para suas necessidades. Nesse sentido, o trabalhador era livre, dominava o processo de trabalho propriamente dito. No entanto, a atividade do trabalho artesanal no Mundo Antigo, estava integrada à sociabilidade antiga, na qual esse trabalho não era considerado estranhado.

A partir do desenvolvimento da atividade artesanal junta a produção de utensílios que envolvem ferramentas, e os objetos técnicos diversos ocorre o desenvolvimento do ser social. Assim com o desenvolvimento dos meios de trabalho e das técnicas, altera-se “a forma de ser do trabalho artesanal” (ALVES, 2007, p.78). Conforme esse autor, o trabalho artesanal sobrevive até hoje, mesmo estando imerso meio a relação com o capital, esse modo de trabalho passa a assumir outra configuração histórico-social, mediante o surgimento do

mercado e da troca comercial nas sociedades antigas, visto o contato entre grupos humanos. Assim, nota-se o avanço da forma-mercadoria e do dinheiro, detonando a sociedade tradicional e propagando o desenvolvimento estranhado no mundo do trabalho e relações sociais.

Ao se analisar as considerações do autor citado, percebe-se que o trabalho escravo originou-se em meio ao surgimento das civilizações. Em seu contexto complexo aludem as guerras tribais, surgindo à divisão hierárquica de trabalho, a propriedade privada, o Estado político e as classes sociais. Nesse sentido, o autor discorre que essas classes versam duas modalidades: os exploradores e os explorados. Esse fator determinou a potência hierárquica da classe dominante que assola até hoje sobre a classe trabalhadora.

Assim cabe exemplificar uma passagem que o autor refere-se a esse trabalho: “O trabalho escravo era trabalho estranhado, mas poderia considerá-lo exceção no Mundo Antigo. Apesar das sociedades antigas basearem-se no trabalho escravo, ele não se “integrava” na forma societal” (ALVES, 2007, p.79). Discorre o autor;

Embora o sistema do capital em seu desenvolvimento histórico, tenha se utilizado do escravismo, como demonstra a produção de mercadorias nas colônias do capitalismo mercantil, o regime de trabalho escravo, na ótica do sistema mundial produtor de mercadorias, era naquela época, uma exceção que confirmava a regra. Aliás, as formas de execução, que são intrínsecas ao modo de desenvolvimento contraditório do sistema do capital, contribuíram (e ainda contribuem) para a reprodução de um sistema social de acumulação de valor baseado no regime de “trabalhador livre”. O capital articula em seu sistema de controle social, formas de exceção. Por exemplo, existem ocorrências de diversas formas de “trabalho escravo” em pleno século XXI. Entretanto, é importante salientar que a base dinâmica do sistema de capital são as relações sociais de “trabalho livre” e do salariado baseadas no contrato de trabalho, legitimado por um Estado de direito (ALVES, 2007, p. 86).

Entende-se que é sobre esse contexto que se origina uma sociedade estranhada e repercute-se meio a Antiguidade, propagando o trabalho escravo. Essa modalidade de trabalho imprime a legitimação de poder social e política detentora da classe dominante. Outro fator relevante, deste estranhamento surge devido ao metabolismo social primitivo.

Constata-se ainda que, o domínio de recursos naturais era limitado, pois esse trabalho pode ser considerado apropriação de meios de trabalho, poder vinculados a grupos particulares que utilizavam de força bruta para extrair a força de trabalho. O trabalhador era visto como uma propriedade privada, sendo uma exceção no mundo antigo. E poderia ser entendido como um trabalho estranhado;

Na verdade, o trabalhador escravo, ao contrário do trabalhador assalariado, por exemplo, era um pária, não constituindo mercado consumidor ou classe social propriamente dita. Os homens escravos estavam imersos na negação total de si próprio, inclusive como força de trabalho, trabalho vivo, tendo em vista que eram, em si, tão-somente mercadorias (ALVES, 2007, p. 79).

Diante disso, os trabalhadores eram considerados um pária, por não serem considerados cidadãos, portanto, não possuíam direitos. O trabalhador era considerado apenas uma mercadoria, não poderia comprar ou vender mercadorias, até poderiam comprar algo, mas somente sob a intervenção do sistema jurídico. O trabalhador escravo não participava da vida social.

Outro aspecto diverge entre o trabalhador escravo do trabalhador assalariado. O trabalho assalariado surge com a instituição da sociabilidade capitalista mediante a constituição de um livre mercado de trabalho, no qual se insere ao mercado vigente. Desse modo, o trabalho escravo, no mundo moderno passa configurar-se como trabalho proletário, cujas atividades de trabalho são praticadas pelo trabalhador livre. Imerso no trabalho abstrato e nas relações sociais estranhadas.

Nesse contexto, meio ao sócio-metabolismo estranhado ocorre à assunção da sociedade burguesa, é a partir desse aspecto que ela assume outras dimensões. Esse processo implica em determinar a divisão de classes inscrita na sua divisão hierárquica do trabalho, ou seja, ela se conserva e expande “as determinações das sociedades de classes” (ALVES, 2007, p. 80). Dá-se início ao seu poder social estranhado.

Ainda na concepção desse autor, na Antiguidade o trabalho livre já resultara um estranhamento, ou seja, de certa forma existia uma alienação, pois os homens livres não tinham participação na vida social e política. Nesse período, eles já estavam subordinados a divisão de classes, sendo que prevalecia uma hierarquia do trabalho social e o poder político. Os mundos do trabalho livre nesse período estavam submersos ao poder de classe e ao poder do Estado político vigente.

Desse modo, o autor discorre que estes aspectos na Antiguidade permeiam a atividade artesanal caracterizando duas atividades: a atividade industrial e a atividade agrícola do camponês. Este trabalhador executa suas atividades “com a família, ou grupos, a gleba da terra, desenvolvendo técnicas de plantio, irrigação e colheita” (ALVES, 2007, p. 80). No entanto, esse trabalho pode ser equiparado ao trabalho artesanal, ou seja, o trabalho vivo que o ser social domina.

Conforme o autor, nesse contexto no feudalismo o servo gleba dominava o processo de trabalho, mesmo que não fosse o dono das terras, isso ocorria pela experiência de dominar

os meios de trabalho, habilidades, como também nas horas livres. Entende-se que o domínio do processo de trabalho perdeu-se após ocorrer o desenvolvimento do modo de produção capitalista, pois o capitalista-comerciante apropria-se dos elementos compositivos do processo de trabalho. Isso configurou a transição do feudalismo, pois o servo da gleba perde os elementos da força de trabalho como: a matéria-prima, os meios de trabalho e o trabalho vivo. Apoiado na obra de Marx o autor discorre que;

Enfim, o desenvolvimento do processo de produção capitalista é, como observou Marx, o processo de alienação do homem dos elementos do processo de trabalho, alienação dos objetos de trabalho (matéria-prima), meios de trabalho (ferramentas) e inclusive do próprio trabalho vivo (o artífice e suas habilidades cognitivas). É o que observamos no Ocidente, desde o século XV e que prossegue até os dias de hoje, como sendo um processo de largo espectro histórico. (ALVES, 2007, p. 81).

Mediante a análise do autor, entende-se que a partir do século XV, resulta na perda do objeto de trabalho do mestre-artesão, pois era o comerciante que proporcionava a matéria-prima para o trabalhador produzir e vislumbrou-se no Ocidente e repercute até hoje. Desse modo, verifica-se que esse processo desenvolve-se de maneira contínua, percorrendo diversos períodos sócio-históricos. Identifica-se que se inicia um novo processo meio a esse desenvolvimento, perpetuando a substituição do homem pela máquina, estendendo-se à contemporaneidade.

A partir desse contexto surge a negação do trabalho em si. Outro ponto relevante pode ser observado, o capitalismo vai absorver a força de trabalho, ou seja, nesse processo o trabalho vivo é incorporado no momento que se produz a mercadoria. Isso significa que a força de trabalho passa a ser mercadoria. “O mundo das mercadorias pressupõe uma divisão desenvolvida do trabalho, manifestada de forma imediata na diversidade dos valores de uso que se defrontam como mercadorias particulares e que encerram uma igual diversidade de gêneros de trabalho” (MARX, 2008, p. 41).

Considerando as percepções desse autor, esse processo foi de extrema importância histórica, pois com a apropriação da força de trabalho inaugura-se sua instituição social como forma-mercadoria, ou seja, ela constituirá o cerne da sociabilidade ocidental. Entende-se que a mercadoria irá determinar o desenvolvimento das relações sociais no processo de trabalho, portanto ela irá potencializar-se o modo de produzir e reproduzir tomando para si as expressões da vida social humana.

Nesse contexto, carece refletir que o capital diante da sociedade capitalista objetiva o lucro de toda riqueza produzida e seu intuito espraia em interesses somente de uma classe, ou

seja, a classe detentora dos meios de produção. E sua intenção não tem um fim em si. Segundo Iamamoto (2015), no atual ciclo do capital na sociedade contemporânea, o seu objetivo permeia interesses como: retirar os direitos sociais, reduzir salários, estabelecem contratos temporários, entre outros.

Diante disso, observa-se que a sociedade capitalista é uma sociedade mercantil, onde tudo é determinado pela lei valor, tudo se transforma em mercadoria e, essa é a condição fundamental e fundante que determina o modo de produção capitalista. Esse se impõe sobre as mais distintas formas de trabalho, detém a compra e venda da força de trabalho do trabalhador. Constatando que, como a categoria trabalho é histórica, o processo de trabalho passa a assumir outras formas particulares e concretas.

No entanto identifica-se que a partir do modo de produção capitalista sucedeu-se a forma social histórica da categoria trabalho, tornando-a mais complexa. Esse aspecto é identificado no trabalho na forma geral e não mais nas distintas formas particulares, como exemplo: o trabalho industrial, trabalho comercial e o trabalho agrícola. Diante das formas particulares imbricadas nas atividades de trabalho, o trabalho abstrato impõe-se sobre o trabalho humano que deriva o domínio do capital. Consta-se que;

Abstraído-se do caráter concreto da atividade produtiva e, portanto, da utilidade desse trabalho, resta-lhe o caráter de ser gasto da força humana de trabalho (gasto produtivo do cérebro, das mãos, dos nervos etc. do homem): trabalho humano indiferenciado ou formas distintas de aplicar o trabalho humano. Nessa condição é trabalho abstrato, trabalho humano geral, trabalho socialmente igual (e não fisiologicamente igual), cuja unidade de medida é o trabalho simples médio – historicamente determinado – em que cada hora de trabalho corresponde à igual parcela do trabalho total da sociedade (IAMAMOTO, 2008, p. 61).

Mediante estas considerações, o trabalho abstrato não está visível na sociedade capitalista, isto é, não é associado ao trabalho que produz valor. O que difere do trabalho concreto que “implica uma transformação imediata da natureza, segmentada das relações sociais que a constitui” (IAMAMOTO, 2008, p. 55). Na concepção da autora, percebe-se, essa forma de trabalho é distinta, se direciona na produção de valor de uso para atender as necessidades da vida humana.

Entretanto, deve-se referenciar que, o trabalho abstrato se constitui como fonte de mais-valia, objetivando a produção em múltiplas atividades sociais. Segundo Marx (2010), a mais valia sempre irá produzir o excedente de trabalho, consiste no tempo gasto mais do que o necessário para pagar seu salário. O capitalista sempre irá se apropriar do excedente do trabalho sobre qualquer que seja a forma de trabalho, seja simples ou potencializado. “O

regime capitalista de produção pressupõe essa forma social determinada das condições de produção e as reproduz constantemente” (IAMAMOTO, 2008, p.70).

Nas considerações de Alves (2007) com a predominância do capitalismo cria-se o “império do dinheiro” que será a base para as mediações de troca e a circulação de mercadorias. O dinheiro também servirá como reserva de valor, representando a identidade da riqueza capitalista. Assim inaugura-se o fetichismo da mercadoria e a subjetivação humana pelas determinações de mercados como: de trabalho, financeiro, entre outros.

Mediante esse contexto, percebe-se que o capitalismo, junto ao mercado, determina a dinâmica social da espécie humana, trançando as refrações das múltiplas relações sociais imprimindo a vulnerabilidade universal de homens e mulheres. Alves (2007) destaca que o mercado de trabalho é o principal eixo na sociedade, pois a identidade do trabalhador é vista pela posição que exerce na divisão social do trabalho. É nesse processo que se determina as formas de subjetivação da espécie humana.

Diante da percepção do autor citado, constitui-se uma nova forma de trabalho, o trabalhador assalariado, o trabalhador livre que vai potencializar a modernidade do capital, ou seja, surge o trabalho capitalista. Diante disso, percebe-se que o objetivo do capital necessita de homens, mulheres e crianças na condição de trabalhador livre para explorá-los, a lógica é produzir riqueza ou dinheiro os quais são apropriados privadamente. O sistema social do capital é tão radical que mesmo que o ser humano esteja submetido ao desemprego involuntário e não seja explorado, faz parte do sistema;

O próprio trabalhador aparece como um mero vendedor de mercadorias: trabalhador “livre” que vende a sua força de trabalho – ou uma medida determinada de seu tempo de vida – e seu trabalho assume a determinação social de trabalho assalariado, com caráter geral. Assim, os agentes principais dessa sociedade – o capitalista e o trabalhador assalariado – aparecem como “personificações do capital e do trabalho”, isto é, portadores de determinados caracteres sociais que o processo social de produção imprime aos indivíduos sociais, produtos destas relações, no âmbito das quais afirmam seu protagonismo (IAMAMOTO, 2010, p. 58).

Entende-se que o sistema do capital desenvolveu-se utilizando o escravismo do trabalhador, mesmo que em sua ótica considere a escravidão um arcaísmo, pois utilizam o regime de trabalho escravo para intensificar a produção de mercadorias. Referente à antiguidade esse sistema era uma exceção. Nesse intuito observa-se que há formas de exceção intrínsecas que repercutem no modo de desenvolvimento que produzem a contradição do sistema do capital.

Mediante esse aspecto gerou-se a divisão de classes pelas alterações que esse sistema sócio-metabólico causou na divisão técnica e social de trabalho. A partir da divisão técnica e

social do trabalho² destaca-se a classe dos trabalhadores assalariados, que surge como proletariado, sendo fundamental para o modo de produção capitalista. Desse modo percebe-se que a classe dos trabalhadores assalariados perpassa por segmentos e frações que alteram essa classe por meio de “clivagens de gênero, étnicas, técnico-profissionais, e de qualificação” (ALVES, 2007, p. 88). Com relevância nesse autor, esse sistema trouxe à fragmentação de novas formas de contratações, configurando a precarização do trabalho.

Sendo assim, a fim de aprofundar essas temáticas, no próximo subcapítulo será abordado o processo de precarização do trabalho que derivou no sistema do capitalismo global imbricado na crise estrutural do capital. Para tanto, pretende-se abordar o processo de transição do modelo de gestão do trabalho Fordista/Taylorista à Acumulação Flexível ou Toyotista, enfatizando os processos de reestruturação produtiva.

2.3 Do Fordismo/Taylorismo à Acumulação Flexível

A partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista instauram-se longos e lentos processos que buscam a regularizar a dinâmica produtiva do capital. Tais processos implicam em incrementar a produção material por meio de modelos de gestão do trabalho que atenda a expansão do capital. No entanto, observam-se as múltiplas contradições que eclodiram meio a esta nova perspectiva do capital sobre a lógica do mercado, causando sérias interferências no mundo do trabalho e na estrutura societária.

Essas contradições visam ampliar a exploração da força de trabalho, expropriação da mais-valia, organização do trabalho nos espaços laborais e na vida do trabalhador em sociedade, reproduzindo as relações sociais. Resultando a radicalização da alienação do trabalhador, aprisionado a determinações do mercado. Nesse caso, o capitalismo necessita de mutações para enfrentar suas crises estruturais para manter sua hegemonia. Em meio uma dessas transformações é que surgem os processos de reestruturação produtiva, repercutindo na objetividade e subjetividade, interferindo no mundo do trabalho regulado pelo modo de produção capitalista. Essa regulação pode ser vista a partir de modelos de gestão do trabalho, como o fordista-taylorista com a perspectiva sócio-organizacionais e tecnológicas, o qual antecede o modelo toyotismo.

²Divisão sócio técnica e social do trabalho: É essa forma de organização do trabalho que torna possível a existência do valor. Este é uma relação entre pessoas, que assumem uma forma material (de produtos do trabalho) encontra-se relacionado ao processo de produção numa sociedade de produtores isolados e formalmente independentes (IAMAMOTO, 2008, p.60).

O período de pós-guerra (1945-1973) é marcado por avanços do capitalismo até a grande recessão de 1973, ou seja, as regras de produção, consumo, lucro, mercado já não respondem a acumulação do capital. Frente a esta crise, o capital necessita rapidamente de novas bases de organização no padrão de produção, consumo, lucro para continuar expandindo-se (GUIMARÃES; ROCHA, 2008, p. 24-25).

Na concepção dos autores citados entende-se que, este período é marcado pela implementação de um novo sistema de regulação do mercado, inserindo o fordismo (1914) e o taylorismo (1911), seguido à alienação ao keynesianismo. A lógica keynesiana significou a adesão de um mecanismo, após a II Guerra, instaurando a “compra de serviços, e do incremento da indústria de seguro, cuja maior expressão é dos fundos de pensão” (IAMAMOTO, 2008, p. 148). Esses modelos de processos produtivos e diversificados são necessários para atender aos interesses capitalistas, no intuito de expandir a economia, e vislumbram organizar a gestão dos processos de trabalhos. Contata-se que neste período, gerou-se ganhos de produtividade, o poder do movimento sindical, sendo reconhecido pela classe operária, em parte.

Evidenciando a obra de Ferreira (2012), o modelo gestão taylorista surgiu no século 19, idealizado pelo engenheiro Taylor, este pressupunha a autonomia dos trabalhadores. A base taylorista, determinava a separação de funções, visando planejamento e execução, divisão e particularização de tarefas, controle de tempo e ações utilizadas para realizá-las. Entende-se que esse modelo não detém interesse ao trabalho intelectual, as atividades de trabalho perpassavam pelo controle de planilhas e cronômetros a modo de não desperdiçar o tempo. Em suma, o taylorismo aliena o trabalhador, não têm intenção de constituir a autonomia do trabalhador e transformava a atividade de trabalho uma rotina e cansativa, mediante o controle do tempo e dos movimentos do trabalhador no desenvolvimento das suas atividades laborais, a fim de que as mesmas sejam executadas no menor tempo possível.

Referente à concepção do autor citado identifica-se que, o surgimento fordista tem por base na lógica do pleno emprego, deriva na perspectiva de manter a cultura de consumo de massa, isto se dá até findar-se esse modelo. Entende-se que a partir da estagnação econômica, existe a necessidade de se criar outras formas de consumo nas sociedades capitalistas, isso faz parte da lógica do capital, manter o lucro, a produção de mercadorias.

O fordismo é um sistema de gestão e produção de trabalho proposto por Henri Ford no início do século 20, e possui algumas semelhanças com o taylorismo, como a separação entre planejamento e execução, e o trabalho fragmentado e simplificado que exige pouca capacitação por parte dos trabalhadores executores. De certo modo, eles perdem suas qualificações, que passam a ser incorporadas à máquina (FERREIRA, 2012, p. 19).

No taylorismo, o ritmo dos trabalhadores era controlado pelos cronômetros e pela eliminação dos movimentos desnecessários à produção; no fordismo, o ritmo do trabalho era determinado pela velocidade da esteira.

As estratégias do fordismo visam o trabalho em massa no ritmo da esteira, o aumento da produção, diminuição de preços como alternativa para garantir o crescimento do consumo, buscando maiores lucros para os proprietários donos dos meios de produção. Diante disso, observa-se que o consumo massivo propiciou as negociações de indústrias e sindicatos, a indicação eleva o poder de compra dos trabalhadores, o que resulta no incentivo de consumir mercadorias que são produzidas em grande escala. Na concepção de Yamamoto (2015), o fordismo não utiliza somente a força de trabalho na fábrica, interfere na reprodução das relações sociais, incidindo no modo de vida em sociedade, ou seja, a ideologia organiza a produção material como toda a vida social.

Nas considerações dessa mesma autora este contexto inaugura o padrão indústria do pós 2ª Guerra Mundial, assinala que a intervenção do Estado administrava o fundo público para financiar o capital e atender sua lógica, a reprodução da força de trabalho. O objetivo é impulsionar a produção com a perspectiva de ampliar os mercados, na tentativa de preservar o poder aquisitivo da população, no intuito de dar condições ao consumo de mercadorias e expandir a economia.

Ainda considerando essa autora, o Estado necessitava investir na meta keynesiana do pleno emprego, pressupondo manter o padrão salarial, ou seja, na interferência de negociações de diversas categorias de trabalhadores, via intervenção sindical. Nesse processo Guimarães; Rocha (2008, p. 25) diz que: “O poder estatal, através das políticas sociais, ofertava alguns benefícios aos trabalhadores como: seguridade social, assistência médica, educação, etc, desde que, fosse uma estratégia para garantir a produtividade e o consumo em massa” a serviço do capital. Percebe-se que as intervenções estatais propagaram um avanço, aludindo o campo do bem-estar social, evidenciado nos países de primeiro mundo, mediante o conhecido Welfare State. Cabe salientar que o Brasil não chegou a desenvolver esse modelo de Estado de Bem- Estar Social. O desenvolvimento do capital corporativo trouxe consigo inúmeras consequências agravantes, pois grande parte da população era excluída dos benefícios do modo de acumulação fordista, surgindo inúmeras situações de desigualdades sociais e econômicas neste período.

Cabe ressaltar que essas ocorrências na esfera societal, significam um marco histórico no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, emergindo uma nova crise estrutural sobre efeito da superacumulação do capital, causando uma série de implicações. Conforme Gaspar

(1999) no bojo dessas implicações pautam-se: alta de preço de produtos, a queda da taxa de lucros, ampliação financeira, detonação das dívidas públicas, entre outros. A partir disso, gera-se uma fase de instabilidade e recessão, atingindo os países periféricos primeiramente, logo atingindo os países do Terceiro Mundo.

Perante esse contexto, nos anos de 1960 a partir da nova crise estrutural do capital incide a ampliação financeira da economia houve a incidência de desregulamentação dos mercados cambiais, inovações nas áreas tecnológicas de informação, incremento de novos produtos do mercado financeiro, em busca de diversificar e securitizar investimentos. Ou seja, gera-se com isso a valorização do capital, a financeirização, esse é do distintivo do padrão sistêmico da riqueza do capitalismo. Essas transformações levaram a transição da reestruturação produtiva com investimento de novas tecnologias e da microeletrônica para executar os processos de produção. Diante disso, percebe-se que a reestruturação é uma forma de organizar as empresas, influenciando o gerenciamento que refletem em três recursos: humano, financeiro e material. Assim essa nova fase pode ser considerada de acumulação flexível, um incremento do capital para superar os modelos anteriores, taylorista/fordista que organizavam as empresas.

Esse processo, impulsionado pela tecnologia de base microeletrônica, pela informática e pela robótica, passa a requerer novas formas de estruturação dos serviços financeiros, inovações comerciais, o que vem gerando e aprofundando uma enorme desigualdade do desenvolvimento entre regiões, setores etc., além de modificar substancialmente as noções de espaço e tempo (IAMAMOTO, 2015, p.31).

Entretanto cabe salientar alguns fatores sócio-históricos que marcaram o processo da reestruturação produtiva. Em meados de 1970, Iamamoto (2015) referência uma nova crise, imbricada no padrão de acumulação, visto a estagnação da economia mundial que apresenta altos índices inflacionários e traz consigo mudanças na distribuição do poder mundial. Isso ocorre pelo fato do Japão e Alemanha transformarem-se em potências competitivas, fazendo que os Estados Unidos perdessem o comando da economia no ocidente.

Antunes (2011) tece considerações na análise de Harley, discorrendo que o fordismo manteve-se firme até 1973. Logo ocorre uma aguda recessão, advinda da transição no centro de processo de acumulação de capital. Nesse aspecto se instaura a acumulação flexível, no qual, é nesta fase de produção que o Toyotismo se confronta diretamente pela rigidez do fordismo. No entanto é visível que a flexibilidade se imbrica nos processos de trabalho, nos mercados de trabalho, nos produtos e nos padrões de consumo, entre outros.

Com base no autor citado, a acumulação flexível possui características distintas, pois surgem os setores de produção inovadores, ofertas de serviços, taxas e tecnologia, entre outros. Tais mudanças levaram a pressões competitivas, como a luta pelo controle da força de trabalho. Com isso emergiu o surgimento de formas industriais novas, ou seja, o toyotismo integrou-se a uma rede de subcontratação com vistas a ampliar a flexibilidade, pois houve aumento de competição e riscos.

A partir dessa concepção, observa-se que, esse modelo trouxe consigo a acumulação flexível um modo necessário para manter a forma de produção, assim como a reprodução, seguido da acumulação capitalista. Nesse caso, gera-se o marco histórico no mundo do trabalho, como “o desemprego, a exclusão social e a desigualdade” (GUIMARÃES; ROCHA, 2008, p 26).

Em oposição a rigidez do fordismo, implementa-se o modelo japonês Toyota que permite a efetiva flexibilidade da ideologia capitalista – fundamentada na perspectiva teórica neoliberal que consiste em:

1)um Estado forte para romper o poder dos sindicatos e controlar a moeda; 2) um Estado parco para os gastos sociais e regulamentações econômicas; 3) a busca da estabilidade monetária como meta suprema; 4) uma forte disciplina orçamentária, diga-se, contenção dos gastos sociais e restauração de uma taxa natural de desemprego; 5) uma reforma fiscal, diminuindo os impostos sobre os rendimentos mais altos; e 6) o desmonte dos direitos sociais, implicando na quebra da vinculação entre política social e esses direitos, que compunha o pacto político do período anterior (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p.12-13).

Ao modificar o aparato de produção e atingir a flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e dos direitos trabalhistas. Conforme Antunes (2011) o toyotismo foi criado pelo engenheiro Ohno criador da Toyota, mas o relevante é que a gestão desse modelo se deu via interesses de influência patronal, sendo que essas práticas subordinam os direitos dos trabalhadores.

Nas considerações do autor citado, o toyotismo diverge do fordismo, pois sua produção visa diretamente à demanda, a produção é variada, diferenciada, e determinada para atender ao consumidor. A produção é dotada de um estoque mínimo, regula o tempo de produção, a qualidade do produto, entre outros. O modo de produzir é sustentado pelo método Kanban, isto é, um sistema tecnológico de luzes que permite repor as peças/produtos, assim que sejam vendidas. Esse sistema é utilizado, por exemplo, nos supermercados para repor o estoque de produtos.

Diante disso, ainda esse autor, verifica-se que essas inovações marcam um novo processo de reestruturação na organização do trabalho, cabe lembrar que na fase fordista, o

trabalhador operava uma máquina, já no processo produtivo flexível, o trabalhador opera diversas máquinas – polivalência – para atender o mercado em questão de tempo e qualidade. Nesse sentido, essa flexibilização inaugura a figura do trabalhador polivalente, a era da automação, rompendo com os traços do trabalhador fordista através do trabalho mais qualificado, capaz de operar várias máquinas, efetuar diversas tarefas, ou seja, trabalhadores multifuncionais. Considerando outro autor;

Nos diferentes modelos de processos de trabalho, a forma de desenvolvê-lo e compreendê-lo passaram por radicais transformações e reestruturações. Na atual conjuntura, diante das novas configurações do mercado, agora mais volátil, competitivo e com estreitas margens de lucro, o enfraquecimento do poder sindical deu margem a contratos de trabalho mais flexíveis, repercutindo em extenuantes jornadas de trabalho, diminuição da estabilidade no emprego e um considerável aumento do trabalho parcial ou temporário (SILVA, 2013, p.8).

Mediante a explanação do autor, identifica-se que essas transformações e reestruturações trouxeram novas características, que notificaram o mundo do trabalho, entre elas a alienação, a coisificação, consumismo, individualismo, desemprego estrutural, precarização do trabalhador entre outros. Em suma a precarização do trabalho desvaloriza tanto o trabalho especializado quanto o próprio trabalhador, imprimindo vários processos de terceirização, com formas de subordinação, padronização, subsumindo a força de trabalho livre para atender as necessidades do capital. Importante referir que “[...] a precarização é um processo que possui uma irremediável dimensão histórica determinada pela luta de classes e pela correlação de forças políticas entre capital e trabalho [...]” (ALVES, 2007, p.114).

Reflete-se que, esses acontecimentos causam uma situação de emergência, insegurança e desgaste na sociedade. E principalmente aos trabalhadores em geral. O panorama da sociedade capitalista é pautado de constantes retrocessos, muitos condicionamentos que interferem na vida da população que vive a margem da pauperização e são beneficiários dos recursos da Política da Assistência Social. Diante disso, constata-se ocorrência de vários cortes nos serviços, programas, projetos, fortalecendo a flexibilização instaurada desde os anos 1970 nas economias capitalistas avançadas.

Desse modo evidencia-se, a ampliação da voga tecnológica, automação que incrementa o trabalho em busca de qualidade e transformando o ser humano em trabalhador polivalente, ou seja, opera várias máquinas. Com destaque à era da mundialização financeira, a globalização, o fetiche do consumo meio às inovações de acordos com países internacionais. Na esfera da produção esse incremento tecnológico corresponde à inserção de produtos denominados como descartáveis – a fim de manter o mercado permanentemente “aquecido” –

o que se distingue do padrão fordista o qual pressupõe a produção em série e em massa de bens duráveis.

Percebe-se que a crise se inova, a cada período, transcende e interfere no modo que a sociedade se organiza, traçando novos desafios e disparidades aos trabalhadores. Nas palavras do autor, enfatiza-se a estrutura de uma crise;

Seu conteúdo está estruturado em três partes: inicialmente, ressalta-se a dimensão histórica das crises, qualificando-as como constitutivas do modo de produção capitalista e da sua dinâmica restauradora; em seguida, destacam-se as principais particularidades da crise que se iniciou no final dos anos 70, assim como os mecanismos utilizados pelo capital para o seu enfrentamento pautados na reestruturação produtiva, na mundialização financeira, nos mecanismos de gestão do trabalho e nas estratégias de construção da hegemonia do grande capital; por fim, serão indicadas as principais implicações dessas transformações no mundo do trabalho e na organização política dos trabalhadores, como parte ofensiva do capital para construir uma cultura e uma sociabilidade compatíveis com os seus interesses atuais (MOTA, 2009, p. 1).

No entanto, o essencial é deixar claro que, estes fatores não se findam nesse estudo, as transições são sempre articuladas com a ordem do capital. Essa articulação implica sobre os contextos sócio-históricos, pautados em distintos períodos, criando outros caminhos, refletindo no mundo do trabalho, apropriando-se da mais-valia, coisificando a força de trabalho, enfraquecendo a organização política da classe trabalhadora. O capital a cada reestruturação busca moldar a vida dos trabalhadores sobre todas as formas de socialização para fortalecer seus interesses.

Entende-se que cada crise tem contornos profundos e rebatem na organização das instituições como atinge as atividades de trabalho dos trabalhadores e não somente isso, exige-se cada vez mais do trabalhador, explorando-o e delimitando a vida de todos. Não esquecendo o condicionamento mental e físico que se expressa como forma expressiva levando o profissional ao adoecimento.

Em síntese, o conjunto dessas transformações – reestruturação produtiva – produzem rebatimentos no campo social, materializados, por exemplo, no desemprego estrutural, fragilização sindical, desigualdades sociais de gênero, raça e etnia, precarização da saúde, ampliação da pobreza, etc. Essas mudanças são expressões da Questão Social, objeto de trabalho do assistente social, que são demandas sociais que estão presentes nos espaços-ocupacionais aonde a profissão se insere. Conforme Yamamoto;

Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nessa tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade (IAMAMOTO, 2015, p.28).

Diante disso, entende-se que a profissão está inscrita na divisão social e técnica do trabalho, sendo uma especialização do trabalho coletivo. Portanto, o Serviço Social é uma profissão interventiva, que com viés investigativo e crítico, trabalha no âmbito da Questão Social e suas refrações sociais que rebatem não só na vida dos sujeitos, mas na vida dos/as profissionais assistentes sociais que também são parte da classe trabalhadora que defendem, pois também vendem sua força de trabalho em troca de salário. E esta condição de trabalhador assalariado impõe uma série de condicionantes e limites, onde há relações de subordinação, de poder e de interesses de classe, mesmo que indiretos, demarcando assim a autonomia relativa do profissional. A fim de aprofundar essa temática, no próximo capítulo será explicitado como se estabelece o contexto histórico do Serviço Social no Brasil e os desdobramentos no âmbito do exercício profissional, enfatizando o conjunto de transformações ocorridas na esfera do trabalho na sociedade contemporânea, as quais originaram a precarização do trabalho do assistente social.

3 SERVIÇO SOCIAL: DA GÊNESE À CONTEMPORANEIDADE

Este capítulo consiste em delinear de que forma o Serviço Social se insere como profissão interventiva diante da produção e reprodução das relações sociais expressas pelas transformações da reestruturação social que resultam a questão social e suas múltiplas expressões. Diante disso, o primeiro subcapítulo versará – A institucionalização do Serviço social no Brasil e as suas influências teórico-metodológicas. A proposta desse item busca pautar uma análise de como se configura o contexto sócio-histórico que permeia a institucionalização do Serviço Social. Assim, pressupõe desenvolver as correntes determinantes que direcionaram a profissão no contexto das transformações sócio-históricas permeadas pelo capital x trabalho.

No entanto, após essa sistematização, considera-se importante discorrer no segundo subcapítulo - Serviço Social na contemporaneidade: o projeto Ético-Político e a Precarização do trabalho do assistente social. A direção dessa análise deve buscar como se apresenta o Serviço Social na contemporaneidade. Outro ponto em questão incide em enfatizar o projeto da categoria profissional do Serviço Social dentro desse contexto e o norte para os assistentes sociais materializá-lo. Assim, logo, finaliza-se com o objetivo desse estudo, problematizando a Precarização, e suas contradições presentes no trabalho do assistente social.

3.1 A Institucionalização do Serviço Social no Brasil e as suas Influências Teórico-Metodológicas.

O surgimento do Serviço Social no Brasil, bem como, sua institucionalização, está inserido na década de 1930 na “Era Vargas”, esse período centrava-se na exploração agrícola com base na economia cafeeira. Segundo Yazbek (2009), os aspectos que abarcaram a institucionalização deram-se a partir da consolidação capitalismo monopolista. A partir deste contexto, verifica-se que se manifestam um conjunto de fatores contraditórios, como por exemplo, a ampliação da industrialização; a expansão urbana através da migração da população para cidade; intervenção do Estado; desenvolvimento das desigualdades entre as classes, entre outros.

Segundo Freire (2013), a conjuntura do Brasil entre 1930 a 1934, era constituída no governo provisório de Getúlio Vargas. O autor enfatiza que, Vargas usava sua influência política para implementar novas políticas, buscando modernizar o país criando novos ministérios como: Ministério do Trabalho, a Indústria e Comércio, Ministério da Educação e Saúde, entre outros. Conforme Yazbek (2009) cita algumas iniciativas, por exemplo, a

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), criação do Salário Mínimo, etc. Essas inovações traçaram característica de um governo controlador, viés assistencialista e paternalista.

Entende-se que, a institucionalização do Serviço Social surge para intervir na regulação social, ou seja, o assistente social é convocado a intervir e conter as manifestações populares, advinda pelas expressões da questão social originadas pelo desenvolvimento do capitalismo estrutural. Para isso, deve-se observar que, o Estado passa a tratar a Questão Social como um problema administrativo, pois criou políticas e ministérios no país para dar conta de imobilizar os problemas sociais, que emergiram em nome do desenvolvimento do capitalismo. Nas palavras da autora;

As particularidades desse processo no Brasil evidenciam que o Serviço Social se institucionaliza e legitima profissionalmente como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com suporte da Igreja Católica, na perspectiva do enfrentamento e regulação da Questão Social, a partir dos anos 30, quando a intensidade e extensão das duas manifestações no cotidiano social adquirem expressão política (YAZBEK, 2009, p. 6).

O estudo verifica que, por meio da emergência do empobrecimento da população, expressaram-se as múltiplas formas da Questão Social, legitima-se a profissão, para conter os rebatimentos desse processo que atingem a sociedade. Nesse sentido, o Serviço Social se insere na divisão social e técnica do trabalho, para atender as deliberações do governo Vargas, para desmobilizar a classe operária e regular as tensões que emergiram entre as classes sociais.

Desse modo, entende-se que neste processo origina-se a justificativa dos assistentes sociais intervirem na Questão Social, ou seja, origina-se o objeto de trabalho do Serviço Social. Analisa-se que, a institucionalização do Serviço Social, não se dá de modo particular, ela envolve vários países industrializados e desenvolve essa mesma ideologia política de conter, regular as tensões geradas pela busca progressiva da expansão do capitalismo monopolista.

Perante estas características, o Estado articulou várias estratégias para conter as crises sociais, por exemplo, a Igreja Católica manteve um papel fundante na raiz das origens da profissão, pois orientavam as primeiras práticas dos assistentes sociais. No entanto essa orientação que será distinta nesse processo pode ser vista sobre a adesão do modelo norte-americano, sendo um espelho para o desenvolvimento da prática em instituições e escolas de Serviço Social Latino Americano e mundialmente.

Os referenciais orientadores do pensamento e da ação do emergente Serviço Social tem sua fonte na Doutrina Social da Igreja, no ideário franco-belga de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino (séc. XII): o tomismo³ e o neotomismo⁴ (retoma em fins do século XIX do pensamento tomista por Jacques Maritain na França e pelo Cardeal Mercier na Bélgica tendo em vista “aplicá-lo” às necessidades de nosso tempo) (YAZBEK, 2009, p. 3).

Os primeiros passos do Serviço Social no país podem ser entendidos “como fruto da iniciativa particular de vários setores da burguesia fortemente respaldados pela Igreja Católica, e tendo como referencial o Serviço Social europeu” (MARTINELLI, 2011, p. 121-122). Assim, a Igreja orientada por sua Doutrina Social busca “substituir a análise da realidade e a prática social para o enfrentamento da questão social” (IAMAMOTO, 2014, p. 243). Nas palavras de outra autora:

No que se refere à Doutrina Social da Igreja merecem destaque nesse contexto as encíclicas “Rerum Novarum” do Papa Leão XIII de 1891, que vai iniciar o magistério social da Igreja no contexto de busca de restauração de seu papel social sociedade moderna e a “Quadragesimo Anno” de XI de 1931, que, comemorando 40 anos da “Rerum Novarum” vai tratar da questão social, apelando para a renovação moral da sociedade de à Ação Social da Igreja (YAZBEK, 2009, p. 4-5).

Entende-se que esses referenciais podem ser considerados a matriz da gênese do Serviço Social na América Latina que orientou este período a profissão. Desse modo, se observa que a autora expressa que cada país possui suas particularidades, por exemplo, no Chile e na Argentina, ambos mantinham uma ideologia higienista, com propostas de trabalho que caracterizavam caráter social positivista na profissão.

Entende-se que a adoção do modelo europeu que passará a orientar o Serviço Social brasileiro não pode ser uma mera troca qualquer, pois este modelo implica em atender a lógica do mercado. Ou seja, os grupos dominantes necessitam de mecanismos para conter o avanço do movimento operário, no qual, desde a segunda metade da década de 15 já havia indícios de haver uma transformação no âmbito político, social e econômico do Brasil. Entende-se que a partir desse amadurecimento, Estado e Igreja unem-se a grandes grupos para dar passagem ao pólo industrial e reprimir os operários.

³ **Tomismo** - a referência ao pensamento filosófico de São Tomás Aquino (1225) um teólogo dominicano que escreveu obra filosófica caracterizada por uma perspectiva humanista e metafísica do ser que vai marcar o pensamento da Igreja Católica a partir do século XIII. Merece destaque na obra de S. Tomás a Suma Teológica (YAZBEK, 2009, p. 27).

⁴ **Neotomismo** - retomada do pensamento de São Tomás a partir do papa Leão XII em 1879 na Doutrina Social da Igreja e de pensadores franco belgas como Jacques Maritain na França e do Cardeal Mercier na Bélgica. Buscavam nesta filosofia diretrizes para a abordagem da questão social (YAZBEK, 2009, p. 27).

No ano de 1932 inaugura-se em São Paulo através da união desses grupos com o aval do governo e os movimentos leigos já em evidência no Brasil, o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS) – com objetivo de capacitar os agentes para exercer a prática social e teve a contribuição de Santo Agostinho. Logo, no país realiza-se o primeiro curso, nominado “de Curso Intensivo de Formação Social para Moças, sendo ministrado pela assistente social belga Adèle de Louneux, da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas” (MARTINELLI, 2011, p. 123).

Segundo Iamamoto (2014), no ano de 1936, funda-se a primeira Escola de Serviço Social de São Paulo e traz no seu traço distintivo a primeira de escola de gênero no Brasil. Logo a inauguração surge novas demandas designadas de instituições estatais. Porém, é importante destacar que essa qualificação promovida pela ação social católica teve seu êxito, pois o Governo do Estado assinala para o Centro de Estudos de Ação Social - CEAS a oferta para criar cargos de fiscais femininos. A presença feminina inserida nestes dois acontecimentos faz parte das estratégias do projeto conservador burguês e o grande incentivo de suas famílias. O evento que inaugura o curso preparatório para prática social marca o início da trajetória do Serviço Social no Brasil demarcado pela parceria com a burguesia. Conforme Martinelli (2011) verifica-se que, pelas tensões que vinham tomando proporções agravantes desde 1932, destacando o advento em São Paulo com disputa entre os tenentistas e os setores políticos mais tradicionais, com afastamento do governo central que marginalizava as ações da burguesia paulista já causavam a preocupação de introduzirem ideias comunistas na estratégia burguesa. A abertura deste curso também faz parte de uma estratégia, a mulher paulista estaria marcando presença no espaço político. Para efetivar-se nesse grupo seletivo para a prática social haveria algumas condicionantes para o perfil do agente social.

Segundo Iamamoto (2014) evidencia-se que perfil constitui-se nesse primeiro núcleo de Serviço Social que versa sobre as pioneiras desse movimento, contribuindo teses e artigos, intervenções a partir de Encontros e Congressos pautando em maior número produções e debates, referente à formação que observada pela autora, com aspectos de influência franco-belga. Nas palavras da autora;

O Assistente social deveria, assim: ser uma pessoa da mais íntegra formação moral, que a um sólido preparo técnico alie o desinteresse pessoal, uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo; deve ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria, e a esta solicitação devem corresponder as qualidades pessoais de inteligência vontade (IAMAMOTO, 2014, p.233-234).

Nesse contexto observa-se que, os futuros assistentes sociais desse período deveriam estar aptos para intervir com firmeza para atender os requisitos bem definidos pelas pioneiras, a origem social foi valorizada, uma forma de impressionar o indivíduo que não dispõe das mesmas condições. Assim, entende-se que a base essencial da formação constitui-se pela moral e a doutrinal. Desse modo, os assistentes sociais necessitavam estar preparados e imunizados das situações que iriam enfrentar, como a miséria. “A identidade atribuída era, assim, plenamente justificada, pois reproduzia a alienação política, social, econômica, cultural presente no espaço mais amplo da sociedade burguesa” (MARTINELLI, 2011, p. 128). Nas palavras da autora especifica-se que;

[...] a identidade atribuída ao Serviço social pela classe dominante era em síntese de funções econômicas e ideológicas, o que leva à produção de uma prática que se expressa fundamentalmente como um mecanismo de reprodução das relações de produção capitalista, como uma estratégia para garantir a expansão do capital (MARTINELLI, 2011, p. 16).

Identifica-se que, a trajetória do Serviço Social foi marcada por uma prática que neutralizava os movimentos dos trabalhadores, manifestações coletivas e as greves. A prática dos agentes sociais passou por diversos períodos e foi útil para burguesia, pois ampliou as possibilidades de controlar os trabalhadores, sendo que os mesmos forneceram suportes para implantar a ilusão de que o capital seria viável e a sociedade deveria ser absorvida. Os suportes utilizados como instrumentos revelam práticas assistencialistas para neutralizar o controle da ordem social, por exemplo, empréstimos, assistência médica social e auxílios materiais. No entanto, as transições entre vários Estados brasileiros estão delineadas entre 1930 e 1940.

Nesse sentido, conforme Iamamoto (2014) verifica-se o cenário que se perpetuou por vários períodos e norteou o trabalho do assistente social. Desse modo, é possível perceber que, esta fase influenciou as características do Serviço Social tradicional, vislumbrando os períodos de 1930 a 1945 ou 1930 a 1941. Percebe-se que, os períodos versam o processo da Reação Católica que consiste em reorganizar o Bloco Católico, também se evidencia a dependência das escolas de Serviço Social com as grandes escolas europeias, no sentido de organizá-las, ou seja, pelo apostolado leigo, docentes, currículos, materiais, entre outros. Logo, ocorre a filiação das escolas do Serviço Social brasileiras com a União Católica Internacional do Serviço Social (UCISS). Em 1941 o Brasil tem seu marco relevante pela influência do norte-americano, sediando o Congresso Interamericano de Serviço Social em Atlantic City (USA).

Outro traço significativo, considerando a autora citada, no ano de 1946, a introdução de uma nova matéria curricular, onde destaca a principal agência competente que poderá fazer a introdução, a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), conforme a exigência dos órgãos de governo. Cabe salientar que, essa intenção de introdução de uma nova matéria partiu de um aluno bolsista que retornará de um curso nos Estados Unidos.

Além disso, percebe-se que essa intensificação se expressa fortemente nos anos de 1960 e 1970, quando já se assinala uma redundante crítica ao Serviço Social tradicional. Desse modo, esta crítica envolve períodos históricos que condiz às ocorrências de fenômeno internacional e mundial. Esse período foi marcado pelas ditaduras, momentos de crises sociais, repressões que chegaram a barbáries de grande monta.

Recordando a década de 60, evidenciado anteriormente o Brasil enfrenta mais um período de ditadura militar, assinado pelo golpe militar de 1964, nesse advento o Estado expressa um caráter absolutista e repressor. Mediante Silva (2014), outro marco histórico destaca-se em 1968, quando o governo instaura o Ato Institucional nº5 (AI5), resultando diversos conflitos, por exemplo, a repressão dos movimentos sociais, censura à imprensa, o exílio de pessoas (artistas, políticos, docentes, etc.) que se opunham contra a ordem vigente, incluindo o fechamento do Congresso Nacional, logo o processo de expansão econômica, advindo o milagre econômico (1973), resultando os primeiros sinais de crise, entre outros.

A partir dessas ocorrências inicia-se o questionamento da categoria do Serviço Social. Este questionamento teve a contribuição da militância do movimento estudantil. Este aspecto pode ser considerado uma das tendências que promulgaram essa renovação do Serviço Social brasileiro composto pelo Cone Sul (Uruguai, Argentina e Brasil). Conforme Faleiros (2004), esta juventude pode ser identificada como “geração dos 65”, na visão de vários autores, sendo possível observar que a militância dos mesmos em busca da ruptura com o Serviço Social tradicional. No entanto, com o acirramento das desigualdades sociais, a prática tradicional não corresponde com as transformações que vinham ocorrendo. Nas palavras de Netto;

[...] “Serviço Social tradicional”: a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa, que, de um ponto de vista claramente funcionalista, visava enfrentar as incidências psicossociais da “questão social” sobre os indivíduos e grupos, sempre pressuposta a orientação capitalista da vida social como um dado factual ineliminável (NETTO, 2005, p. 6).

Segundo o autor, essa prática do Serviço Social já não caberia no contexto dos acontecimentos promovidos pelo padrão de desenvolvimento capitalista que percorreram desde o segundo pós-guerra e configurando durante três décadas gloriosas e findou-se no fim

dos anos sessenta. Nesse caso, cabe referenciar outras expressões da ruptura latino-americana, como por exemplo, a “Revolução Cubana (1959), e pelos movimentos políticos vinculados ao socialismo e ao marxismo”, entre outros (BARROCO, 2006, p. 167).

O cenário desse desdobramento resulta uma tensão nas estruturas sociais do mundo capitalista, na periferia e causaram a mobilização das classes subalternas que, indicava defender seus interesses emergenciais. Diante disso, observam-se amplos movimentos de trabalhadores para desestruturar o desenvolvimento econômico meio a táticas para reorganizar os “recursos das políticas sociais dos Estados burgueses” (NETTO, 2005, p. 7).

Sobre estes aspectos, pode-se considerar que, este movimento de lutas dos trabalhadores de fato, existe uma complexidade e diferenças sociais expressas nas sociedades capitalistas mais evoluídas. No entanto verifica-se que, sobre essas se insere os impactos da revolução científica e técnica que converge meio a demandas sociais e culturais, entre outros. Assim, com esse cenário, onde o autor citado marca o ano de 1968 para indicar o posicionamento na prática do Serviço Social tradicional, pois a ordem burguesa é colocada à prova, deixando seus interesses explícitos em privilégios a instituições, organizações do governo e o conjunto de políticas do *Welfare State*. Cabe enfatizar que, Netto (2005) no seu livro *Ditadura e Serviço Social*, refere-se que o Movimento de Reconceituação consiste num processo de elaboração de propostas de ação profissional, destacando três direções: perspectiva modernizadora (conservadora); atualização do conservadorismo (perspectiva fenomenológica) e intensão de ruptura (perspectiva marxista).

Desse modo, perante alguns dos aspectos que ocasionaram a ruptura com o Serviço Social tradicional das imposições imperialistas e essa luta caminha para uma libertação nacional. Entende-se que, há uma questão relevante que está na gênese da Reconceituação: “qual a contribuição do Serviço Social na superação do subdesenvolvimento?” (NETTO, 2005, p. 9). A partir dessa questão, os assistentes sociais buscam responder qual o seu papel diante da nova realidade que implicam as expressões da questão social e, por conseguinte discutem sobre os fundamentos teóricos- metodológicos da profissão frente a esse cenário. O autor discorre;

Em primeiro lugar, a revisão crítica operada nas fronteiras das ciências sociais, culminando com a deslegitimação do que operava como a fundamentação “científica” do Serviço Social: a sociologia e a psicologia acadêmicas. Em segundo lugar, o deslocamento sociopolítico de instituições cujas vinculações com o Serviço Social são notórias: as Igrejas – em especial, mas não exclusivamente, a católica. Em terceiro lugar, o movimento estudantil, cujo protagonismo – em meio às peculiaridades da “rebelião juvenil” – foi decisivo na crítica ao tradicionalismo no Serviço Social (NETTO, 2005, p. 8).

A partir da concepção do autor, entende-se que o Serviço Social perpassou por significativos enfrentamentos que culminou um posicionamento da categoria profissional diante da realidade brasileira com vistas na organização das práticas profissionais vinculadas sobre ações de cunho religiosas. Diante disso, a profissão buscou legitimar a sua fundamentação teórica, produzindo seu próprio conhecimento em matéria do Serviço Social; libertar-se das amarras religiosas, abrindo espaço para um posicionamento sociopolítico diante da militância do movimento estudantil que contribuíram para com a crítica contra o conservadorismo existente até então na profissão.

Entretanto, verifica-se que, no processo de Reconceituação desenvolveram-se outras vertentes relevantes em diversificados períodos e podem ser apreciadas em documentos importantes no processo de modernização da técnica e da prática do Serviço Social pelos grupos de assistentes sociais em cada época, por exemplo: o documento de Araxá (1967), o documento de Teresópolis (1970), estes períodos estão evidenciados no texto de Faleiros (2004), sendo que o Método BH (1972 – 1975) está na obra de Barroco (2006).

Desse modo considerando Barroco (2006, p. 110) citando Netto, pressupõe-se destacar alguns avanços do Método BH, não que as outras não sejam relevantes, mas observa-se que este método foi a primeira experiência teórica que se deu no bojo da autocracia burguesa, ampliando o horizonte intelectual na academia, mas teve algumas debilidades, pela influência do marxismo vulgar, ou seja, um marxismo sem literatura oficial de Marx e isso causou alguns equívocos teóricos. O estudo verifica que, abre-se um espaço para os profissionais do Serviço Social realizarem pesquisas sem precisar intervir em demandas emergenciais que durante sua prática era imposta por seus agentes contratantes. Outro ponto favorável que se observa, na possibilidade de desenvolver conhecimentos, que englobam uma extensão com o campo de estágio supervisionado, tendo profissionais para orientar com base em referenciais.

Em síntese o estudo revela que, o período de 1960 e 1970 iniciou-se o processo de ruptura do Serviço Social tradicional, a militância buscava em suas bases a legitimação da profissão e esse movimento proporcionou a renovação, inserindo o pluralismo que potencializou a dimensão político-ideológica da profissão. Nesse sentido criaram-se as possibilidades de se pensar que a profissão necessitava de uma vertente crítica. Barroco (2006) cita Netto sobre essa prática e seus valores diante da “intenção de ruptura” (BARROCO, 2006, p. 141).

Entende-se que o desdobramento dessa questão pode ser evidenciado no posicionamento do profissional na perspectiva político-ideológica, pois poucos profissionais

participam. Nesse caso, esses profissionais recusam seguir a prática da ordem burguesa e buscam sua prática junto da classe trabalhadora. Diante desse fator, percebe-se à influência do movimento de reconceituação, a militância de legitimar a dimensão política da profissão e pela aproximação com o marxismo. O estudo identifica que, somente com o fim da ditadura a categoria profissional do Serviço Social inicia a sua organização criando associações que estão imbricadas em diversas lutas em prol dos trabalhadores. Essa organização ainda não é expressiva, mas conseguem mudar as normas do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e reivindicam “sua democratização e seu compromisso político com os trabalhadores” (BARROCO, 2006, p.142).

Para inaugurar o ano de 1973 evidencia-se o “milagre econômico”, que pode ser entendido pelo processo de expansão econômica, porém, a partir desse momento há evidências claras de uma crise internacional do petróleo, findando o regime militar regente. Revelando uma crise não somente econômica, mas também política incidindo a crise estrutural de acumulação capitalista, instaurada pelo padrão de acumulação fordista-keynesianista, conforme evidenciado no capítulo 2.3.

Mediante o decorrer desta trajetória, pontua-se a democratização do Serviço Social, o compromisso político com os trabalhadores, evidencia-se em 1979, no “Congresso da Virada” a partir do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) como enfatiza Teixeira (2009). Segundo esta autora na metade da década de 1970, o Serviço Social brasileiro vinha construindo o projeto profissional, 1970 e transcorreu-se aos anos de 1980 para consolidar-se no ano de 1990.

Nesse sentido, observa-se que, o Serviço Social vinha construindo um projeto que se compromete com as classes trabalhadoras. Diante disso, entende-se que o conteúdo desse projeto pauta-se de princípios e ideias a partir do Movimento de Reconceituação que eclodiu em diversos países latino-americanos junto ao processo de redemocratização da sociedade brasileira que estava em voga. Nesse sentido, observa-se que, formam-se as bases socio-históricas para a transição do Serviço Social por meio do processo de ruptura teórica e política (neste ponto o autor enfatiza, mais teórica do que política) com intensão a renovação. Cabe salientar que o projeto ético político, ainda está se desenvolvendo meio as tensões das transformações neoliberais da sociedade e sobre uma nova reação conservadora que desponta sobre a profissão atualmente e será evidenciado no transcorrer desse estudo.

Diante disso, recorda-se o Serviço Social a partir dos anos de 1980/1990, que vai enfatizar períodos de mudanças significativas, pela sua autoqualificação na sociedade. Assim os anos de 1980 evidenciam um período que a formação profissional e o trabalho de Serviço

Social se consolidam, permitindo fazer-se uma análise da profissão. Segundo Iamamoto (2015), o Serviço Social neste período é considerado como uma especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho.

No entanto, o estudo identifica-se que, a profissão adquiriu visibilidade por meio do Novo Código de Ética do Assistente Social, assim como, nas revisões da legislação da categoria e fundamentalmente pelas alterações analisadas no ensino universitário neste âmbito. Nesse sentido, entende-se que hoje a profissão tem um projeto hegemônico, que emerge sobre significativos períodos da história do país, imprimindo a crise da ditadura e a resistência dos sujeitos sociais, movimentos sociais, mobilizações e posicionamento político dos profissionais. Estes seguimentos ocorreram em face de a “elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988, das pressões populares que redundaram no afastamento do Presidente Collor” (IAMAMOTO, 2015, p. 50).

Assim sendo, tanto a formação profissional quanto o trabalho de Serviço Social, nos anos 1980, se solidificaram, tornando possível, hoje, dar um salto qualitativo na análise sobre a profissão. A relação do debate atual com esse longo trajeto é uma relação de continuidade e ruptura. É uma relação de continuidade, no sentido de manter as conquistas já obtidas, preservadas; mas também, uma relação de ruptura, em função das alterações históricas de monta que se verificam no presente, da necessidade de superação de impasses profissionais vividos e condensados em reclamos da categoria profissional (IAMAMOTO, 2015, p.51).

Nesse contexto, o Serviço Social, assinala a necessidade de alterar o currículo mínimo, que permita fazer uma análise a fundamentação teórico-metodológica e da dimensão técnico-operativa. Desse modo, o Serviço Social no Brasil, a partir da década de 1980, incorpora o método dialético-crítico. Esta incorporação originou uma valiosa contribuição, revigorando a qualidade na produção de análises do Serviço Social, a partir das produções de Karl Marx.

Assim o eixo do debate brasileiro no período considerado incide sobre a inserção histórica do Serviço Social na sociedade brasileira, desdobrando-se seja na reconstrução histórica da evolução dessa profissão no país, regida por diferentes perspectivas teóricas, seja em um aprofundamento das determinações e efeitos sociais da prática e da formação profissional no presente (IAMAMOTO, 2015, p. 237).

Nesse sentido, a adesão ao referido método – o qual se constitui a partir das categorias historicidade, totalidade e contradição – inaugurou a maturidade do Serviço Social consolidando as produções acadêmicas, ampliando os horizontes no âmbito da pesquisa, publicações e criando possibilidades para inserir-se a pós-graduação em mestrado e doutorado em Serviço Social. Recordando que, na primeira aproximação com o Serviço Social na

reconceituação, o marxismo trouxe seus equívocos, diferentemente deste período, que potencializaram resultados teórico-práticos de suas próprias produções com fontes inesgotáveis as temáticas em debate. Desse modo, verifica-se, não somente neste período (1980), mas atualmente ainda se encontram fragmentos de distanciamento entre a bagagem intelectual, o teórico-metodológico e o exercício da prática dos assistentes sociais, entendido pelo histórico de fundamentos diferentes matizes. Assim, o método dialético crítico, se opõe ao positivismo/funcionalismo, pois parte da leitura da realidade para além do parente, buscando a essência do fenômeno, explicitando as contradições que emanam da realidade.

Cabe destacar que esse debate considerou nos anos de 1980, o Serviço Social neste período é considerado como uma especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho. Outro ponto relevante observado nestes dois períodos (1980-1990), a expressiva entrada no mercado editorial e no âmbito acadêmico. Nota-se que se ampliou o acervo bibliográfico e relevantes publicações do Serviço Social. Nas palavras da autora:

Trata-se de uma das ópticas de abordagem da profissão, ao lado de outras, que enriquecem o debate acadêmico plural na consideração das particularidades do Serviço Social: o sincretismo com Netto, o paradigma da articulação com Faleiros, a identidade profissional com Martinelli, a assistência com Yazbek e Sposati, dentre outros (IAMAMOTO, 2015, p.84).

Diante disso nos anos de 1990, observa-se a inserção dos assistentes sociais na área da pesquisa, sendo reconhecido pelas agências de fomento; potencializa as formas de participação político-corporativos pela contribuição dos órgãos de representação acadêmica e profissional, sendo reconhecidos e legitimados. Nessa perspectiva, realizaram-se debates de cunho as políticas públicas, que remetem a assistência social, estão vinculadas ao âmbito dos direitos sociais que englobam as relações sociais que condensam o Estado e a sociedade civil. No ano de 1996 em novembro, a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) aprova a proposta do novo currículo mínimo para o curso de graduação em Serviço Social no país. Logo, especificamente no mês de dezembro do mesmo ano, promulga-se a Lei de Diretrizes de Bases para a Educação Nacional, Lei 9.394. Diante da proposta de currículo citada, insere-se a formulação de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, sendo encaminhada ao Ministério de Educação e do Desporto (MEC) e Secretaria de Educação Superior (SESu).

Mediante estes aspectos, observa-se que a mudanças e a evolução do Serviço Social avança nesse período, assim ilustra-se a antecipação de implementação de uma política de

prática acadêmica, coligadas as diretrizes e exigências curriculares pautadas pelas propostas da ABESS, com objetivo aos processos sociais que incidem aspectos distintos sobre a questão social. Desse modo o estudo, delimita alguns elementos essenciais da política da prática acadêmica do Serviço Social, por exemplo, a dinâmica do curso; o ensino teórico; a pesquisa e a extensão; “núcleos temáticos de pesquisa e prática como um componente curricular básico, complementar as disciplinas” (IAMAMOTO, 2015, p. 256).

Assim, enfatiza-se o papel dos núcleos, entendidos como instâncias e possuem um caráter interdepartamental, ou seja, consiste a um espaço particular, a cerca de atividades que envolvem a pesquisa docente e discente; o estágio curricular com a orientação acadêmica; Trabalho de Conclusão de Curso; projetos de extensão e atividades complementares como: palestras, cursos, encontros, entre outros.

Diante desse contexto, com a proporção dos avanços históricos o Serviço Social, entende-se que a categoria engajada na luta dos trabalhadores, adquire os subsídios para elaborar o Código de Ética Profissional que percorrem períodos, no estudo evidencia-se os anos de 1986-1993. Recordando Faleiros (2004), o processo do Código de Ética no Brasil sobre o contexto da reconceitualização, pauta-se sobre a vinculação direta com: a classe trabalhadora e os trabalhadores na defesa de seus direitos. Nas palavras do autor;

A versão aprovada em maio de 1986 pelo então denominado Conselho Federal de Assistentes Sociais se colocaram em consonância com as transformações sociais pela luta de classes, pois como diz na sua introdução, “a nova ética é resultado da inserção da categoria profissional nas lutas de classe trabalhadora”. Os dirigentes da categoria profissional fazem uma opção clara por uma prática profissional vinculada aos interesses dessa classe (FALEIROS, 2004, p. 30).

Mediante as considerações do autor, verifica-se que, com as transformações sociais originadas pelas lutas de classes na defesa da classe trabalhadora, a categoria necessitava legitimar a profissão, além dos deveres profissionais, a garantia de seus direitos para estar à frente dos movimentos e da organização da classe trabalhadora. Desse modo, percebe-se que o Código define sem dúvida o interesse de uma classe, pois seu marco legal existente, já apontava sua institucionalização democrática pela nova Constituição do país que estava em debate e logo foi aprovada (1988). Assim percebe-se que a opção ético-política, sinaliza uma nova direção para a categoria profissional que engloba, por exemplo, os movimentos sociais, a luta sindical e a formação marxista nas universidades. Logo, conforme o percurso da profissão em 1993 reformula-se o Código profissional.

Conforme o autor citado anteriormente, o Código de Ética de 1993 que está em vigor até hoje, tece em seu conteúdo a reafirmação da defesa dos direitos sociais, ancora-se na democracia como a única forma de conquistar o valor ético-político organização político-social. Entende-se que a partir dessa apreensão estarão assegurados os valores essenciais, por exemplo, a liberdade, equidade, a cidadania, autonomia, entre outros.

Desse modo, entende-se que, o Código de Ética é contra qualquer forma de ditadura, de imposições da ordem burguesa, mas deixa claro, a defesa dos direitos sociais e a participação dos usuários diante da democracia. Assim ressalta-se que além do Código de Ética, neste mesmo ano aprova-se a nova Lei nº 8.862/93, está respaldada a regulamentação da profissão de assistente social. Recordando que ambos foram essenciais “para consolidar uma transformação social e o projeto ético-político da profissão” que se vincula nas raízes do movimento de reconceituação (FALEIROS, 2004, p.31, 32).

Portanto esses elementos no contexto histórico da institucionalização da profissão no Brasil, onde o estudo buscou delimitar alguns aspectos, identifica-se que o Serviço Social se organiza e se reorganiza preservando suas raízes. Desse modo, nos decorrentes períodos do estudo o Serviço Social chega a sua maturidade intelectual analisando sua trajetória diante dos fatores socio-históricos não somente no a país, mas pelo mundo a fora.

O desafio do Serviço Social na contemporaneidade é analisar o contexto histórico da realidade que se expressou desde sua maturidade com sua inserção na divisão técnica do trabalho, isso inclui o norte para materialização do projeto Ético-Político profissional e as condições atuais que precarizam o trabalho do assistente social no âmbito institucional. Estes aspectos serão evidenciados no próximo subcapítulo.

3.2 Serviço Social na Contemporaneidade: a Precarização do Trabalho do Assistente Social e o Projeto Ético-Político

Analisar o conjunto das transformações sociais ocorridas na esfera do trabalho na sociedade contemporânea possibilita produzir reflexões acerca do trabalho do profissional assistente social, a partir de um movimento que é histórico, social, político e econômico. O Serviço Social surge como profissão no Brasil em 1936, no âmbito da sociedade capitalista, no contexto em as expressões da questão social se explicitam, incidindo no seu enfrentamento por parte do Estado, mesmo que de modo pontual, assistencialista e paternalista.

Nesse sentido, segundo Iamamoto (2015), enfatiza-se que a categoria profissional vem debatendo a centralidade do trabalho no Serviço Social contemporâneo, acerca dos

desdobramentos no cenário atual e as incidências que refletem sobre a questão social, atingindo a profissão pelas mudanças no mercado, ampliando a precarização do trabalho. A partir deste prisma, o estudo ancora-se na teoria dialética crítica marxista para fazer as mediações e aproximações necessárias que contribuam com a problematização do objeto de estudo.

Nesse sentido, a partir das considerações de Antunes (2011), trata-se de um breve panorama da sociedade contemporânea, a qual culmina nas últimas décadas fortes transformações. Desse modo, o cenário atual está condensado pelo neoliberalismo e a reestruturação produtiva com a vigência da acumulação flexível. Esses aspectos no conjunto estão causando danos de grande monta: desemprego, a precarização do trabalho e um aviltamento crescente na relação metabólica entre homem e natureza. No entanto, identifica-se que, este conjunto é conduzido pela lógica societal, que prioriza a produção de mercadorias e, está última destrói o meio ambiente na esfera global.

Ainda considerando o autor citado, delimitam-se algumas expressões do novo dicionário do capital, que norteou as profundas consequências no mundo do trabalho na contemporaneidade, sendo oriundas do modelo de reestruturação toyotista. Mediante isso, destaca-se as consequências, por exemplo: a crescente produção do proletariado fabril estável; um novo proletariado (subcontratos, terceirizados); aumento significativo do trabalho feminino; inclusão precoce de criança no mercado de trabalho; a inserção dos assalariados no movimento sindical entre outros.

Considerando Raichellis (2011), a realidade das transformações no Brasil implicam a precarização do trabalho, também se observa que essa questão não deve ser apreciada como um fenômeno novo, pois essas transformações gestaram-se no início da sociedade capitalista urbano-industrial, no entanto isso incide em diferenciadas formas de precarização do trabalho. Desse modo, verifica-se que, essas diferentes formas assumem novas configurações e manifestações que são evidenciadas nos anos de 1990, sendo que, a partir destes aspectos que se apresentam as influências da crise de acumulação, por exemplo, a contra reforma do Estado e efetivação das políticas neoliberais.

Diante dessas transformações é sabido que o profissional assistente social insere-se como um trabalhador assalariado, e esta condição de trabalhador assalariado impõe uma série de condicionantes e limites, onde há relações de subordinação, de poder e de interesses de classe, mesmo que indiretos, demarcando assim a autonomia relativa do (a) profissional. “[...] O Assistente Social como trabalhador vende sua força de trabalho, a qual possui uma utilidade

social e junto com ela vende um conjunto de procedimentos técnico-interventivos que expressam valores e reforçam projetos de sociedade” (GUERRA, 2006, p. 03).

A partir desses elementos entende-se que o assistente social mesmo que possua uma autonomia relativa, não dispõe do poder de definir os meios de trabalho, o mesmo estará à disposição dos empregadores e instituições. Desse modo, é necessário assinalar que o trabalho do assistente social na sociedade contemporânea, pertencendo alíquota da classe trabalhadora, enfrenta os dilemas como todos os trabalhadores assalariados. No entanto estes dilemas são direcionados a partir do processo de precarização do trabalho, em que neste procedimento são observadas diferentes dimensões que norteiam o trabalho profissional do assistente social. Sendo que a primeira dessas dimensões pauta-se sobre a profissão, inscrita na divisão social e técnica do trabalho, como especialização do trabalho coletivo, ou seja, inserido no mercado de trabalho. O que torna provável analisar a profissão não de forma isolada, mas a partir do movimento da sociedade capitalista, do próprio trabalho como atividade coletiva e que possui um caráter social;

[...] pode-se afirmar, preliminarmente, que os serviços sociais, respondem a necessidades legítimas, à medida que são, muitas vezes, temas de lutas político-reivindicatórias da classe trabalhadora, no empenho de terem seus direitos sociais reconhecidos, como estratégias de defesa de sua própria sobrevivência (IAMAMOTO, 2014, p. 110).

No entanto, percebe-se que a ideologia neoliberal, é um elemento essencial para analisar a precarização do trabalho do assistente social e o desmonte e violação dos direitos sociais. Em que este imprime discurso de culpabilização dos sujeitos, pela sua própria condição, desviando a atenção sobre a raiz da questão social como um problema estrutural que está na base da sociedade capitalista. Neste contexto, as desigualdades sociais ficam mais emergentes, porém o Estado não responde aos questionamentos/necessidades da população, estimulando a desresponsabilização deste frente ao acirramento das expressões da questão social.

A desresponsabilização do Estado no trato da questão social de forma universal e não contratualista, a precarização/focalização/ descentralização de suas atividades, bem como a filantropização e mercantilização das políticas sociais geram um aprofundamento e ampliação das desigualdades sociais. A questão social é tratada de forma passageira e emergencial eliminando a política social como direito do cidadão e estimulando o clientelismo. Dessa forma, estimula a desigualdade social, pois não atua nos fundamentos da questão e não dá respostas estáveis e abrangentes (LAGIOTO, 2013, p. 37-46).

No entanto, enfatiza-se nessa análise, o estreitamento das transformações operadas em relação ao mundo do trabalho, pois a cada crise modificam-se as condições de trabalho e atinge a classe que vive do trabalho, por exemplo, nas formas de organização, a regulação e gestão, que se espraiam sobre as redefinições do Estado e das políticas públicas.

O processo de flexibilização do trabalho e dos direitos daí derivados são elementos centrais da nova morfologia do trabalho (Antunes (2005), no contexto da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais, a partir do pressuposto receituário para enfrentamento da crise do capital diante dos seus processos de mundialização e financeirização (RAICHELLIS, 2011, p. 421).

Mediante este contexto identifica-se que, estas transformações atingem profundamente o trabalho e a vida social do trabalhador. Entendem-se estes fatores assinalam a perda do significado do trabalho e dos elementos que o constituem. Por exemplo, os direitos sociais trabalhistas; o trabalho contratado e regulamentado entre outros. No entanto, isso gera a reafirmação do lucro, a privatização das políticas sociais, a competitividade que passa a estruturar o mundo do trabalho meio ao discurso do empresariado de programas de responsabilidade social.

Entende-se que a flexibilização/precarização do mundo do trabalho está presente também nos espaços sócio ocupacionais, em que os assistentes sociais se inserem. Diante disso, são observadas as seguintes características neste contexto de violação de direitos: desgaste e adoecimento físico e mental; alienação da prática profissional entre outros. Contudo, na conjuntura atual, é imprescindível que se faça o embate frente às ofensivas do capital. Ainda que em pequenos atos/posicionamentos em defesa dos usuários já se configura em uma resistência, a crítica tende a ser usada em prol dos mesmos, já que este é o compromisso dos profissionais assistentes sociais.

O Serviço Social brasileiro contemporâneo apresenta uma feição acadêmico profissional e social renovada, voltada à defesa do trabalho e dos trabalhadores, do amplo acesso a terra para a produção de meios de vida, ao compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história. Nessa direção social, a luta pela afirmação dos direitos de cidadania, que reconheça as efetivas necessidades e interesses dos sujeitos sociais, é hoje fundamental como parte do processo de acumulação de forças em direção a uma forma de desenvolvimento social inclusiva para todos os indivíduos sociais (CFESS/ABEPSS, 2009, p.4).

Nesse contexto de retrocessos, o Serviço Social enquanto profissão, forma assistentes sociais a partir de um projeto de formação crítica, sendo este o projeto Ético-Político, base

que subsidia a direção social a ser seguida, a direção de luta pela afirmação dos direitos dos sujeitos sociais, um verdadeiro compromisso com a classe trabalhadora. Neste compromisso ético e político dos profissionais assistentes sociais consiste a relevância destes nos mais variados espaços sócio ocupacionais, pois estarão ali direcionados na perspectiva do acesso a direitos.

O trabalho profissional, na perspectiva do projeto ético-político, exige um sujeito profissional qualificado capaz de realizar um trabalho complexo, social e coletivo, que tenha competência para propor, negociar com os empregadores privados ou públicos, defender projetos que ampliem direitos das classes subalternas, seu campo de trabalho e sua autonomia técnica, atribuições e prerrogativas profissionais. Isto supõe muito mais do que apenas a realização de rotinas institucionais, cumprimento de tarefas burocráticas ou a simples reiteração do instituído. Envolve o assistente social como intelectual capaz de realizar a apreensão crítica da realidade e do trabalho no contexto dos interesses sociais e da correlação de forças políticas que o tensionam; a construção de estratégias coletivas e de alianças políticas que possam reforçar direitos nas diferentes áreas de atuação (Saúde, Previdência, Assistência Social, Judiciário, organizações empresariais, ONGs etc.), na perspectiva de ampliar o protagonismo das classes subalternas na esfera pública (RAICHELIS, 2011, p.427-428).

O projeto Ético-Político necessita ser retroalimentado todo o dia, pois se isso não o ocorrer se torna algo histórico. Importante referir que este projeto não é palpável, mas se materializa nos três instrumentos Jurídico-Legais que são: Lei de Regulamentação, Código de Ética Profissional, Diretrizes e Bases Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) que são essenciais para compreendermos como a categoria compõe o projeto profissional e ao mesmo tempo o expressa. Assim, segundo Iamamoto (2008), a legislação pauta a defesa da autonomia da profissão, codificando os princípios e os valores éticos, também, suas competências e atribuições, conhecimentos essenciais, que a lei assegura juridicamente.

Cabe recordar a concepção de Iamamoto (2008), a valorização desses instrumentos legais que derivam de um legado de muitas lutas acumuladas pelas entidades nacionais da categoria, por exemplo, os conselhos regionais – Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) – o conjunto - Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Portanto, com base na autora citada anteriormente, o projeto ético-político profissional se materializa a partir de múltiplas dimensões do âmbito da profissão. Assim é oportuno expressar alguns elementos: a) nos seus instrumentos legais; b) nas expressões e manifestações coletivas; c) nas articulações com outras entidades de Serviço social; d) no

trabalho profissional desenvolvido; e) no ensino universitário. O que significa que o projeto ético-político profissional está alinhado a um projeto societário livre de todas opressões, baseado na emancipação humana.

Diante das considerações da autora citada, ainda considera-se que para materializar o Projeto Ético-Político constitui-se em remar contracorrente, buscando alinhar mudanças na vida em sociedade. Isso envolve valores e princípios éticos-políticos radicalmente humanos que envolvem o comprometimentos dos assistentes sociais nas últimas décadas, envolvendo a idolatria da moeda, o fetiche do mercado e do consumo, o individualismo, entre outros. Essa materialização envolve muitos aspectos;

Treinemos em reconhecer a liberdade, como valor ético central, o que implica desenvolver o trabalho profissional para reconhecer a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, reforçando princípios e práticas democráticas. Aquele reconhecimento desdobra-se na defesa intransigente dos direitos humanos, o que tem como contrapartida a recusa do arbítrio e de todos os tipos de autoritarismos (IAMAMOTO, 2015, p. 141).

Entende-se que, a afirmação prático-política visa à democracia constituindo variáveis dimensões na vida em sociedade visando um horizonte que deve aprofundar-se nos princípios democráticos, por exemplo, na socialização da riqueza socialmente produzida, a política e na cultura. Esses elementos envolvem um posicionamento de eliminar toda a forma de preconceito, resultando na afirmação do direito e a participação do todos os grupos socialmente discriminados, no qual se respeita as diferenças. Papel determinante para o exercício profissional do assistente social que assim criará as possibilidades de materializar o projeto profissional da categoria.

O Assistente Social deve agir de forma crítica, política e proativa, observando os limites e as possibilidades de sua práxis transformadora dentro das instituições, competem-lhe esclarecer e informar o usuário sobre seus direitos, não reproduzindo o corporativismo (sistema político de proteção dos interesses de segmentos da sociedade, de alguns grupos em detrimento de outros), mas mantendo uma apreensão instrumentalizada dos processos sociais, observando a perspectiva de totalidade e promovendo a justiça social.

Cabe ao Assistente Social buscar sempre agir politicamente no intuito de conquistar espaços para participação e controle social democrático em prol da conquista de direitos, visando romper com a ideia do profissional conservador meramente executivo. É fundamental que adote uma práxis propositiva, crítica e transformadora da realidade, concretizada mediante a denúncia constante das desigualdades, buscando assegurar direitos e ampliar

espaços que permitam à classe trabalhadora movimentar-se nesses locais de participação ativa, obtendo a partir disso o seu reconhecimento de ser participante deste movimento.

Por conseguinte, reafirma-se a relevância da materialização do projeto Ético-Político diante da realidade contemporânea, como base de direcionamento da categoria profissional, elencado com as dimensões ético-política, teórico-metodológico, técnico-operativa, embasados em seus fundamentos legais. Dentre esses fundamentos legais, cabe recordar (BRASIL, 2012, p.48); no Art. 7º do 2º parágrafo; “Cabe ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), representar, em juízo e fora dele, os interesses gerais e individuais dos Assistentes Sociais, no cumprimento desta lei”. No entanto, mesmo que a profissão sofra com os rebatimentos da precarização, seus fundamentos legais estão sempre em fiscalizando a garantia do exercício profissional neste contexto de desafios.

Assim, entende-se que para além da realidade atual da precarização, ainda se encontra, de certo modo, uma resistência dos profissionais, ou seja, muitas vezes distanciam-se participam de eventos e reuniões da categoria profissional, descontinuação intelectual pelos desafios enfrentados na condição da precarização e alienação que os impõe, o salariato precário, superproletarização, o Estado político neoliberal, a cultura política nas instituições, derivada pela precarização, a autonomia-relativa que de certa forma a categoria assegura e os empregadores retiram, fragmentando o exercício profissional, entre outros. Logo, apreciaremos o capítulo que aborda o relato de experiência na instituição Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Paraboi.

4 RELATO DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS PARABOI

Este capítulo tem como objetivo apresentar algumas reflexões a respeito da experiência de Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II, realizado no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Paraboi de São Borja-RS, a fim de contribuir com o processo de explicitação e enfrentamento da precarização do trabalho do assistente social no âmbito da proteção social na política de assistência social. O referido estágio foi realizado a partir do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja-RS, no período de agosto a dezembro de 2016 e março a agosto de 2017.

Para isso as reflexões terão como norte a documentação de estágio elaborado no Estágio Supervisionada Curricular Obrigatório e Serviço Social I e II, em especial o Relatório Final de Estágio, que permite uma articulação entre teoria-prática proveniente do processo de supervisão acadêmica e campo. Nesse sentido, apresenta-se o subcapítulo 4.1, que versará uma breve conceituação sobre o CRAS e legislações que orientam o acesso aos serviços socioassistenciais, organização institucional, entre outros.

A proposta dessa análise consiste em trazer elementos que configuram a realidade desta instituição diante da precarização do trabalho do assistente social. Logo, apresenta-se a experiência de estágio: a contribuição da tríade (supervisor acadêmico/campo e estagiário), a partilha de conhecimento que podem qualificar a formação do estagiário e potencializar o trabalho do assistente social na instituição. Também apresenta algumas considerações relevantes do Serviço Social no âmbito do CRAS Paraboi.

Já no subcapítulo 4.2, objetiva discorrer os desafios e avanços na atualidade da instituição CRAS, perante o trabalho do assistente social. Ao buscar dar visibilidade ao papel do/a profissional assistente social, diante dos enfrentamentos dessa realidade no sentido de refletir sobre o exercício profissional na instituição CRAS. Assim, pressupõe-se elencar os desafios e avanços da profissão nessa instituição com base na concepção teórico-prática apreendida no processo de estágio.

4.1 Realidade do Centro de Referência de assistência Social – CRAS PARABOI

Inicialmente o norte do estudo parte do Relatório Final de Estágio, um dos documentos que subsidia esta análise, tendo como referência a teoria crítica de vertente marxiana. Para realizar essa análise foi necessário percorrer o contexto que envolve a atual

política de Assistência Social, especificamente a proteção social básica que é executada pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. A partir disso apresenta-se a organização do CRAS, ou seja, o quadro funcional, usuários, serviços, demandas, entre outros. Especificando que, para refletir e discorrer os aspectos essenciais delimitou-se o estudo para refletir sobre a realidade da instituição localizada no município de São Borja-RS.

Nesse sentido, segundo a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS (2012), o CRAS tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos sociais, conforme as demandas de Proteção Social de Assistência Social. De outra forma, pode ser entendido como a porta de entrada para os usuários acessarem os serviços socioassistenciais.

Ainda sobre documento citado, destacam-se de modo delimitado pontos importantes da Política de Assistência Social, ou seja, que essa se consolida junto às políticas de Saúde e Previdência a partir de 1988, no qual originou o Sistema de Seguridade Social. No art. 194, prescrito na Constituição Federal de 1988, dispõe que: “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 2017, p.176).

Segundo Jaccoud (2009), o objetivo da assistência social consiste na responsabilidade estatal de garantir a rede de serviços socioassistenciais, visando a proteção da população que vivencia situações de vulnerabilidade. Para tanto, a assistência social oferta o Benefício Proteção Continuada (BPC) – para idosos e pessoas com deficiência conforme a situação de pobreza. Outro programa vinculado que dispõe transferência de renda, o Programa Bolsa Família (PBF) – insere indivíduos que não dispõem uma renda para sobreviver.

Referindo-se a Lei Orgânica de Assistência Social no art. 1º: regulamentando a assistência social como um direito do cidadão, e também um dever do Estado, sendo uma Política de Seguridade Social, não pode ser contributivo. Desse modo, sua efetividade se materializa mediante a um conjunto integrado de iniciativa pública junto à sociedade com fins de garantir o atendimento das necessidades básicas. Conforme a Política Nacional de Assistência Social “[...] a Política Pública de Assistência Social marca sua especificidade no campo das políticas sociais, pois configura responsabilidades de Estado próprias a serem asseguradas aos cidadãos brasileiros” (BRASIL, 2004, p.33).

Diante disso, recorda-se o ano de 2014, quando se constitui a Política Nacional de

Assistência Social (PNAS), no intuito de consolidar a Assistência Social como política pública, um direito social, sendo um fator histórico importante para o sistema de proteção social do Brasil. A partir dos resultados obtidos sob a orientação da PNAS constitui-se a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS - 2012) e Norma Operacional Básica – Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS). Entende-se que o Sistema Único de Assistência Social deu origem a essas duas normas, sendo este um sistema público que organiza sob a forma descentralizada os serviços socioassistenciais, os quais são referenciados nos territórios por meio dos CRAS. Referente à relação territorial está delimitado como uma demanda, sendo essencial conhecer o território, onde se organiza e se articulam as unidades da rede socioassistencial. Prevalendo que, o CRAS faça o acolhimento, a inclusão, encaminhamentos e acompanhe seus usuários.

O CRAS é referência para o desenvolvimento de todos os serviços socioassistenciais de proteção social básica SUAS. Isso significa que os serviços devem estar sempre em contato com o CRAS, no respectivo território de abrangência, tomando-o como ponto de referência. Estes serviços, de caráter preventivo, protetivo e proativo, podem ser ofertados diretamente pelo CRAS, desde que haja espaço físico e equipe, sem prejuízo nas atividades do PAIF, que devem ser ofertados exclusivamente pelo CRAS (BRASIL, 2015, p. 7).

O CRAS exerce um papel relevante nas comunidades em situação de vulnerabilidade social, fortalecendo os vínculos afetivos familiares e comunitários. Os serviços socioassistenciais ofertados constituem-se como o acesso dos usuários para rede de Proteção Social Básica os demais serviços, como encaminhamentos para rede de Proteção Social Especial⁵, quando necessário, dependendo da demanda. “A proteção social básica tem como objetivos “prevenir situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (BRASIL, 2005, p.20).

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma instituição pública estatal, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Desta forma para atender aos usuários referenciados aos CRAS, são desenvolvidos grupos de fortalecimento de vínculos e acolhimento social, Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), os Serviços de Fortalecimentos de Vínculos Familiares e Comunitários (SFVFC), proteção integral ao idoso, programas socioeducativos para crianças e adolescentes, programas de transferência de renda para pessoas ou famílias de

⁵ Proteção Social Especial é destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (BRASIL, 2004, p. 36).

baixa renda, Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos e pessoas com deficiência, Benefícios Eventuais, como por exemplo, o aporte nutricional, auxílio funeral, entre outros.

Nesse contexto, entende-se que, os serviços ofertados caracterizam-se a partir do acolhimento de caráter preventivo, prestando informações necessárias que direcionam o usuário ao acesso as políticas públicas. Nesse sentido, o CRAS pressupõe proteger os usuários, no intuito de fortalecer os vínculos dos indivíduos que acessam os serviços. Conforme a legislação do SUAS, o CRAS deve estar em constante atividades ofertando atividades permanentes e uma equipe qualificada para ofertas esses serviços. No entanto ressaltam-se as orientações da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Saúde (NOB/RH SUAS, 2011) para compor a equipe de referência do Centro de Referências de Assistência Social (CRAS).

Desse modo, o quadro funcional do CRAS, deve ser constituído por um quadro de técnicos de nível superior, os profissionais devem ser qualificados e prestar concurso público. Essa equipe se enquadra ao CRAS, considerando que o município de São Borja⁶ é considerado de médio porte conforme previsto na NOB/RH SUAS (2011), pois nesse caso equivale a 5.000 famílias referenciadas. No entanto, segundo NOB/RH SUAS (2011), o quadro funcional deve ser composto por dois técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo, um profissional do SUAS e quatro técnicos de nível médio.

As categorias profissionais estabelecidas nesta norma para a composição das equipes de referência da proteção social básica consideraram entre outros fatores, as profissões regulamentadas em lei. Outro fator considerado foi a existência de Conselho Profissional, responsável pela fiscalização do exercício profissional, das condições de trabalho e do cumprimento do respectivo código de ética profissional (NOBSUAS/RH, 2011, p. 32).

Levando-se em consideração os registros apontados na documentação de estágio curricular, o quadro funcional do CRAS no período de estágio - outubro a dezembro do ano de 2016 organizava-se da seguinte maneira: uma assistente social concursada, duas Educadoras Sociais que elaboram atividades para os Grupos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, concursadas; um auxiliar para serviços gerais, concursado, uma cadastradora do

⁶Situado no Rio Grande do Sul, São Borja é um município de fronteira, com aproximadamente 61.671 habitantes; área da unidade territorial km²: 3.616,691; densidade demográfica hab/km²: 17,05; gentílico: São Borjense; estradas de acesso à cidade: br-472, br-287, br-285 e pela ponte internacional de integração (Prefeitura, 2017).

Bolsa Família contratada para efetivação de cadastro, um recepcionista, contratada. Nesse período a instituição estava sem Coordenadora. Recordando que, a realidade das instituições do município foi marcada pela política administrativa com redução de recursos financeiros, materiais e humanos, propiciado pelas Eleições para Prefeito.

Desse modo com referência ao quadro profissional do CRAS Paraboi, observa-se que a instituição dispõe de um quadro mínimo de funcionários, sendo evidente a sobrecarga de trabalho tanto para o técnico assistente social, quanto para toda a equipe multiprofissional. Constata-se também que a instituição não detém de um profissional psicólogo, e seria de extrema importância que houvesse mais de um profissional assistente social, conforme a legislação (NOB/RH SUAS/2011) que orienta sua organização. Entende-se que, a inserção desses profissionais seria de extrema relevância para o CRAS, pois no cotidiano de atendimento seria contributivo para qualificar o fluxo de demandas, pois atualmente o número de usuários ampliou-se expressivamente, perante a realidade atual da crise que o país enfrenta e rebate em algumas condicionantes e cortes orçamentários nos programas e benefícios. Porém, não somente isso se deve levar em consideração, o espaço institucional também é importante, onde os profissionais dispõem de um espaço adequado para a realização do seu trabalho. Nesse sentido cabe salientar que, é preciso dispor de recursos sejam eles humanos (profissionais) ou materiais e de infraestrutura.

Ainda com base nos registros de estágio, referente ao mês março a agosto do ano de 2017, ocorreu o segundo processo de estágio II. Esse período traz em si um momento de mudanças que envolvem uma nova Gestão municipal conforme os resultados nas eleições 2016. Desse modo, cabe ressaltar que na gestão anterior já havia cortes na área da Assistência Social no município, no que se refere aos CRAS, de seis instituições, restaram apenas duas, CRAS Passo e o CRAS Centro, e logo após a nova gestão assumir reabriu a terceira instituição, o CRAS Paraboi. Assim, neste cenário de mudanças, trabalhava-se e trabalhou-se na perspectiva de reorganização de setores, com poucos recursos financeiros, materiais e humanos que prevaleceram. Cabe fazer-se uma ressalva, os dois períodos que envolvem essas transições, não estão imbricadas somente no âmbito do município, mas em níveis mais amplos, tanto regional, estadual e nacional. Essas mudanças são consideráveis pela crise política que o país enfrenta desde o Impeachment da Presidente Dilma Rousseff no ano de 2016. Desse modo, ressalta-se que esses fatores eclodem escândalos de denúncias de corrupção e gastos públicos sem medida. Entende-se que essas transições caminham com a lógica do capital que contém históricos perversos para privatizar os serviços, direitos humanos

e sociais. Assim, essas ocorrências não se encerram aqui, pois a esfera da barbárie que atinge o âmbito nacional e internacional.

O quadro funcional da instituição no ano de dois mil e dezesseis passou por modificações, em que mantém o profissional assistente social, a atribui ainda o cargo de Coordenadora do CRAS até meados do início da primeira quinzena de janeiro de 2017 e repõe no quadro funcional uma nova Coordenadora. Entretanto, permanecem os demais funcionários do ano de 2016 com exceção do recepcionista. Essas mudanças atingem a funcionalidade do atendimento na instituição, como qualquer mudança, mesmo que o intuito seja reorganizar uma instituição. Essas mudanças deliberaram diversas reuniões entre os gestores e profissionais do CRAS, incluindo a algumas capacitações de atendimento para o quadro funcional.

Cabe ressaltar que estas modificações que vinham ocorrendo na instituição no período eleitoral refletiram no desenvolvimento do trabalho dos profissionais, em especial do assistente social, que trabalha diretamente com os usuários e suas necessidades sociais. Nesse sentido, no próximo subcapítulo serão evidenciados alguns desafios e avanços que compõe na atualidade o trabalho do assistente social neste espaço sócio ocupacional.

4.2 Desafios e Avanços na atualidade do CRAS-PARABOI perante o trabalho do assistente social

Diante das considerações explicitadas referentes ao quadro funcional do CRAS Paraboi – o qual perdurou até o final do período de estágio, registra-se que, a referida Instituição está localizada no município de São Borja/RS, e se situa na Rua Gustavo Sampaio n. 1556. A instituição apresenta-se com a mesma nomenclatura do bairro, sendo considerada uma área com elevado índice de vulnerabilidade e risco social. No entanto, é necessário discorrer que essa instituição contribui efetivamente para prevenir as situações de vulnerabilidade e risco, mediante a política que norteia sua organização. De fato, enfrenta alguns desafios como todas as instituições que ofertam políticas públicas. Diante do desenvolvimento do estágio ficou evidente que tanto o quadro funcional como a Gestão buscam consideráveis estratégias para dar conta do atendimento. Assim, a partir de iniciativas de realização de reuniões com a equipe, com os gestores da política de assistência social e articulação em coletivo com os demais setores da sociedade civil, é possível sistematizar estratégias que viabilizem o acesso dos usuários aos serviços socioassistenciais, viabilizando a ampliação do atendimento aos usuários.

Segundo as percepções na experiência de estágio, o CRAS objetiva prevenir o risco social, fortalecendo os vínculos familiares comunitários, seja nas políticas públicas, na ausência de renda que provoca a privação do acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos afetivos relacionais. Esse último poderá afetar ao pertencimento social, com a ausência do acesso a saúde, alimentação, habitação, educação, lazer, etc. Cabe recordar que para além da demanda institucional apresenta-se um tipo específico de acesso a um benefício, onde se escamoteiam as desigualdades sociais, por exemplo: a fome, a exclusão, a violência familiar, ruptura de vínculos entre família e sujeitos, exploração sexual, situações de negligência em relação a crianças e adolescentes, crianças e adolescentes fora da escola, insegurança alimentar, mulheres idosas em situação de fragilidade de acolhida entre outros. Nas palavras da autora essas manifestações possuem uma raiz comum intitulada de questão social, sendo essa última o objeto de trabalho do assistente social.

Decifrar os determinantes e as múltiplas expressões da questão social, eixo fundante da profissão, é um requisito básico para avançar na direção indicada. A gênese da questão social encontra-se enraizada na contradição fundamental que demarca a sociedade, assumindo roupagens distintas em cada época: a produção, cada vez mais social, que se contrapõe à apropriação privada do trabalho, de suas condições e seus frutos (IAMAMOTO, 2015, p. 114).

Essa explanação pode ilustrar o cenário do atendimento e o público usuário do CRAS Paraboi, mas também as expressões da questão social, objeto de trabalho do assistente social. O cotidiano desse trabalhador social pauta-se em desvelar as violações de direitos, imbricadas no histórico de vida dos indivíduos. Evidenciando que o processo de intervenção abrange as dimensões da profissão que permeiam um conhecimento teórico qualificado para fazer-se uma análise dialética crítica, valores éticos e uma dinâmica no uso técnico-operativo (entrevista, a escuta sensível, acolhimento, visitas domiciliares, entre outros). No entanto enfatizam-se as dimensões: teórico-metodológico; técnico-operativo e ético-político devem ser articuladas juntas meio ao um conjunto de elementos que fundamentam a profissão (Código de Ética, Diretrizes Curriculares, Lei de Regulamentação da Profissão, etc.).

O cotidiano de trabalho do assistente social não foge à regra de manter relações de trabalho com outros profissionais que se constituem na Rede Socioassistencial. Nessa rede estão relacionados: Conselho Tutelar, Centro de Referência de Assistência Social, Ministério Público, Escolas do Município, CRAS Centro, CRAS Passo, entre outros. Entretanto percebe-se que, as relações estabelecidas entre alguns profissionais na articulação coletiva das demandas que chegam até a instituição perpassam por observações aparentes do histórico de

vida dos usuários, ou seja, nem todos os profissionais que compõe a Rede Socioassistencial articulam as informações no coletivo, quando se trata, por exemplo, de um caso específico. As divergências entre essa articulação, as vezes dificulta o trabalho do assistente social, pois o que deve considerar-se, que cada profissional possui um código de ética para direcioná-lo, mas é preciso ainda de muitas estratégias para realizar esta articulação no coletivo. Em síntese, o relevante desse questionamento é que todos se articulem no campo multidisciplinar para aprofundar-se e conhecer mais a fundo as condições de vida dos sujeitos, assim conhecer a demanda e não direcioná-la somente pelos registros dos prontuários, parecer social ou um relatório.

Conforme observações acerca dos prontuários dos usuários do CRAS até o período de vigência do estágio, os processos realizados no atendimento ficam registrados, indicando as instituições que o usuário acessou. Verifica-se que nesse processo, o assistente social inicia uma investigação para obter subsídios, a modo de planejar a intervenção. Desse modo, a partir do agendamento de uma inicial entrevista para conhecer o usuário, sucessivas visitas domiciliares, aproximações com os familiares envolvidos na demanda específica, recordando que cada demanda possui particularidades, entre outros. Também ocorrem articulações com outros profissionais de outras instituições (escola, Conselho Tutelar, CRAS) que perpassaram o indivíduo, no qual estão descritas nos prontuários, entre outros. A partir dessas considerações inicia-se a análise crítica, isso ressalta a dimensão investigativa;

[...] ela é a dimensão do novo – questiona problematiza, testa as hipóteses, permite revê-las, mexe com os preconceitos, estereótipos, crenças, superstições, supera a mera aparência, por questionar a “positividade do real”. Permite construir novas posturas visando a uma instrumentalidade de novo tipo: mais qualificada, o que equivale a dizer: eficiente e eficaz, competente e compromissada com os princípios da profissão (GUERRA, 2009, p. 16).

Identifica-se que, a dinâmica investigativa potencializa a busca de dados e informações. Desta forma, entendem-se umas das competências do trabalho do assistente social, sendo que é necessário conhecer a realidade para desvendar as expressões da questão social manifestadas na vida dos sujeitos. Assim durante o processo de estágio, percebe-se que o ponto de partida para o profissional intervir e investigar, está posto na demanda institucional. As demandas envolvem serviços, programas e projetos para desenvolver o atendimento que consiste na recepção e acolhimento dos usuários. Assim como os procedimentos de atendimento pelos profissionais da instituição, no qual seus objetivos

primam pela defesa dos direitos humanos e sociais, conforme as demandas de Proteção Social da Assistência Social.

A partir desta constatação, o estudo parte da perspectiva de esclarecer as demandas institucionais evidenciadas no Relatório Final de Estágio, tendo por base dados de um dos Relatórios mensais do ano de 2016 do CRAS Paraboi. As demandas institucionais estão distribuídas em três blocos: O primeiro pauta-se no acompanhamento de famílias/indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social, seguido das orientações do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Desse modo, as famílias podem estar em situação de extrema pobreza, serem beneficiárias do Programa Bolsa Família, beneficiárias do Bolsa Família em descumprimento de condicionantes, com membros beneficiários do Benefício de Prestação continuada (BPC), há crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e há crianças e adolescentes em Serviço de Acolhimento.

O segundo bloco destaca, as demandas de atendimentos individualizados e pode ser caracterizado pelo encaminhamento de famílias para inclusão do Cadastro Único, encaminhamento de famílias, para a atualização cadastral do mesmo. Outros atendimentos nesse bloco, indivíduos encaminhados para o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), encaminhamentos de famílias para o Centro Especializado de Assistência Social (CREAS). O último bloco elenca as demandas de atendimentos coletivos, de modo que engloba os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, incidindo nas condicionantes relativas à participação com regularidade de grupos no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). No entanto, salienta-se o público alvo que norteiam esses atendimentos do CRAS Paraboi: crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e pessoas que participam de palestras e oficinas, ou seja, atividades coletivas que não tenham caráter continuado.

Ainda com base na sistematização do Relatório Final de Estágio, incluem-se, as percepções produzidas nos Diários de Campo, que referenciam outras demandas no cotidiano do CRAS, como: realizar acompanhamento de demandas que são encaminhadas pelo Ministério Público, vislumbrando competência específica do assistente social que deve elaborar o Parecer Social das famílias/crianças/adolescentes. Nesse acompanhamento, existe o deslocamento do profissional, os estagiários também participam, a modo de apreender a leitura dos processos. Nessa atividade, a leitura dos processos gera subsídios para o assistente social planejar a intervenção, verificando os sujeitos, instituições, entre outros envolvidos no processo. Enfatiza-se, que, as maiorias das demandas pertencem ao Judiciário e outras demandas contemplam outras instituições (CRAS Centro, Conselho Tutelar, etc.).

O atendimento aos usuários não se limita somente na instituição, sejam na recepção ou na sala da assistente social, todas as segundas-feiras, o profissional assistente social realiza as visitas domiciliares restritas ao território que abrange o CRAS Paraboi e também algumas vezes no interior do município, instituições (Ministério Público, Escolas, CRAS Centro, etc.) que envolvem as demandas. Diante disso, identifica-se que existe um cronograma de atendimento para viabilização do veículo deliberado pela Assistência. Outro fator importante a salientar, a assistência também disponibiliza um veículo, caso a necessidade de realizar-se uma intervenção emergencial. Referente às visitas que estão perto da localidade do CRAS Paraboi, realiza-se a pé ou o profissional se desloca de transporte público para ter o tempo hábil para responder a demanda para o Judiciário.

Considerando o cotidiano profissional do assistente social no CRAS, é possível elencar alguns desafios como, por exemplo: disponibilidade de veículo para todos os dias da semana para desenvolver as atividades que direcionam ao acompanhamento familiar; os escassos recursos/investimentos orçamentários, restrito quadro funcional. Outra questão importante pauta-se sobre os escassos recursos materiais para manter os grupos de convivência (material para o artesanato, lanche); também a insuficiente disponibilização dos aportes nutricionais – a demanda maior que a oferta (caso todas essas questões elencadas também atinjam o CRAS- PARABOI e outras instituições para além do município). Dentro desta perspectiva é possível observar que atualmente o profissional assistente social dispõe de mínimos recursos, sejam, materiais, humanos ou financeiros. Em que esses processos contribuem para a precarização do trabalho do assistente social e também da própria política de atendimento aos usuários, na rotatividade de profissionais, refletindo no cotidiano de trabalho do profissional.

Observa-se a partir da inserção no campo de estágio que os atuais desafios no cotidiano do CRAS Paraboi materializam-se pela falta de recursos humanos, materiais e financeiros, a capacitação continuada dos profissionais, sejam contratados ou concursados, neste inclui-se o profissional assistente social, em que muitas vezes não há espaço para refletir sua prática profissional. Outro desafio precede dos gestores conhecerem o papel do Serviço Social na instituição, ou seja, reconhecer a profissão do assistente social neste espaço sócio ocupacional e vice versa. No entanto, houve alguns avanços dentro deste contexto, como por exemplo, o planejamento de reuniões com a equipe do CRAS ampliou-se, quanto a capacitação do quadro funcional, aponta algumas articulações observadas na finalização do processo de estágio. Nesse sentido, é sabido que a realidade institucional pauta-se em contradições, relações de poder, culturas diversas que podem condicionar o trabalho do

assistente social, se o mesmo não estiver preparado, a direção o leva a precarização do exercício profissional.

Portanto, uma questão relevante a ser destacada quando se problematiza a situação do *trabalho e dos trabalhadores* na assistência social é que não se trata apenas de questões relacionadas à *gestão do trabalho*, mas fundamentalmente dos modos de organização do trabalho na sociedade capitalista contemporânea, e das condições concretas em que se realiza, particularmente nas políticas sociais, que, como a assistência social, tiveram um grande crescimento nos últimos anos (RAICHELIS, 2010, p. 763).

Considerando que, as condicionantes exigidas pelo governo, incidem para retirada desses direitos e estes aspectos contribuem para dificultar o respectivo acesso. Identifica-se que, esse aspecto tem contribuído para que aumente o número de usuários em busca do acesso aos programas, projetos, benefícios e serviços socioassistenciais, dificultando ainda mais as situações de risco e vulnerabilidade social. Questiona-se que para além das competências e atribuições privativas do profissional, existem as demandas burocráticas, ao qual o assistente social necessita responder de maneira mais rápida possível as demandas que chegam até a instituição. Porém como se trata de casos específicos, muitas vezes o profissional necessita de um prazo mais longo para responder um parecer social para o Ministério Público, por exemplo. Cabe assinalar, que muitas vezes o profissional necessita recorrer a esse órgão para ampliar o prazo que resulta no prolongamento de uns sete dias aproximadamente. Essa articulação dá-se por meio de recurso tecnológico (e-mail).

Mediante este fato, ocorre o atendimento diário e muitas vezes o profissional não dá conta de tantas atividades. O exercício profissional encontra-se fragmentado. Esse último pode ser relacionado à execução do projeto de trabalho, pois neste projeto deve constituir a organização do exercício profissional e o desafio é executá-lo, nem sempre as demandas institucionais permitem essa execução. Por exemplo, nem sempre é possível o profissional dar continuidade a uma reunião com os estagiários, pois muitas vezes está sendo articulado o planejamento e estratégias de uma intervenção ou organização do exercício profissional. Nas palavras da autora;

Um dos grandes desafios hoje colocados aos assistentes sociais consiste em formular projetos que materializarão o trabalho a ser desenvolvido. Cada vez mais, é imperativo ao assistente social identificar aquilo que requer a intervenção profissional, bem como reconhecer de que forma essa intervenção irá responder às necessidades sociais que, transformadas em demandas, serão privilegiadas nos processos de trabalho nos quais a profissão é requerida (COUTO, 2009, p.1).

Ainda a autora;

Um projeto de trabalho, para além da formulação técnica e precisa – que é essencial -, deve constituir instrumento potente de impacto sobre a realidade, e seu produto deve apontar a transformação dessa realidade. Necessita ser um elemento fundamental de reafirmação do projeto ético-político profissional e, portanto, construído para ser um elemento que indique, tanto para a instituição como para a população usuária, os compromissos assumidos pela profissão. Ele deve ser o reflexo do compromisso com a emancipação dessa população e da negação do papel de controle e tutela das classes subalterna (COUTO, 2009, p. 8).

Diante disso, é relevante considerar que, o profissional deve assegurar-se legalmente por dois instrumentos essenciais para exercer seu trabalho: a “Lei n. 8.662/1993 (Brasil, 1993) que regulamenta a profissão, e o Código de Ética de 1993 (CFESS 1993)” (COUTO, 2009, p. 1). Nesse sentido, são estes instrumentos que respaldaram as competências e os valores éticos que norteiam o trabalho do assistente social. Entende-se que, além desses instrumentos legais que condensam o projeto ético-político profissional, existe um conjunto teórico de produções que direcionam a reflexão do posicionamento político sócio-histórico que a categoria profissional defende, ou seja, a garantia dos direitos sociais.

No entanto, o estudo discorre algumas competências para materialização das diversas dimensões de possibilidades e diversas competências, estratégias e procedimentos específicos do assistente social, conforme a Cartilha dos Parâmetros de Atuação desse profissional na política de Assistência Social (BRASIL, 2009, p.19), por exemplo: elaborar pesquisas para identificar demanda; formular e executar programas, projetos, benefícios e serviços da Assistência social; no âmbito de administração Pública, também em empresas; organizações da sociedade civil; elaboração, execução, avaliação dos planos municipais, estaduais e nacionais; planejar, organizar e administrar o acompanhamento de recursos orçamentários; viabilizar a participação dos usuários, instituir espaços coletivos socializando informações sobre os direitos sócio-assistenciais; entre outros.

Recordando o desafio do deslocamento do veículo, utilizado pelo profissional para realizar as visitas domiciliares, cabe salientar a importância dessas visitas domiciliares para que os usuários acessem os direitos sociais nesta instituição, porém o que impacta nesse processo de viabilização é o modo como esse sistema de rotatividade do carro entre as instituições entre o CRAS Paraboi, CRAS Centro e o CRAS Passo. Problematiza aqui a precarização de se realizar as visitas de acompanhamento familiar, por exemplo, caso o profissional tenha o número de quatro visitas, teria que realizá-las dividindo duas pela parte da manhã e duas de tarde, isso implica o horário para o veículo retornar à Secretaria de

Assistência Social. Outro ponto essencial nessa demanda é sabido que com uma visita não se planeja as intervenções, pois é necessário um número considerável para investigar as partes que envolvem processos, não se faz uma leitura fragmentada da realidade de um indivíduo. Diante disso, verifica-se que, o profissional deverá aguardar a próxima semana, quando o veículo retornar para dar seguimento à investigação. Percebe-se, o trabalho do assistente social envolve um conjunto de elementos para desenvolver seu trabalho e estas condições de precarização afunilam cada vez mais no cotidiano de trabalho.

A precarização também está imbricada na manutenção de equipamentos, pois nota-se que o setor da prefeitura que intervém neste serviço é rotativo também, ou seja, divide-se entre as instituições CRAS Paraboi, CRAS Passo e CRAS Centro para dar conta da manutenção. Conforme os dois períodos de estágio, identificou-se que a instituição aguarda vários dias para receber atendimento. Nesse sentido, tanto o assistente social quanto o quadro funcional necessitam, por exemplo, de computador e impressora que disponham as condições de trabalho. O mesmo reflete no corte dos recursos materiais as para oficinas dos Grupos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, isso rebate no trabalho do profissional e na qualidade de atendimento do usuário, pois muitas vezes se constituem um desafio para o mesmo criar de modo emergencial estratégias que dessem conta dessa atividade.

Questiona-se aqui outro elemento, que diz respeito à forma como o profissional poderá analisar quem necessita do aporte nutricional, ou seja, as ditas “condicionalidades”. Sistematiza-se essa questão, pois o Aporte Nutricional foi disponibilizado no mês de abril de 2017 pela nova gestão, anteriormente (período de julho/março – 2016) teve cortes pela gestão anterior, evidenciado no primeiro processo de estágio. Desse modo, a partir do mês citado, o Aporte Nutricional é enviado pela Secretaria de Assistência Social desta forma: um mês sim e outro não, o número estimado é de 100 (cem) aportes.

Com base nos relatórios e recibos durante a entrega, a instituição possui uma base de 120 famílias aproximadamente, no mês de julho de 2016 a base era de 80 famílias. As condicionantes de gestão estão compostas em uma ordem de situações extremas, por exemplo: 1º) famílias com crianças que estejam em situação de negligência total, sem um alimento; 2º) pessoas com deficiência e idosos em extrema necessidade, sem recurso alimentar e não recebam algum benefício; 3º) indivíduos sem nenhum recurso financeiro para sobreviver.

Assim, identifica-se que essas condicionalidades de certa forma selecionam os usuários, pois o profissional entende e conhece o histórico de cada família, sabe que todos necessitam e possuem o direito de ter o acesso garantido, mas nem tudo depende do assistente

social. Esse aspecto atinge o trabalho do assistente social e da equipe de trabalho, pois todas sabem as particularidades do território (situações de risco e vulnerabilidade social).

Um breve esboço das observações nas visitas domiciliares para analisar a situação de cada usuário, por exemplo, grande parte dos domicílios está em condições precárias (compostas com material reciclado de construção) incluindo a conjugação de casas em um mesmo terreno, ruas sem saneamento básico, sem os alimentos essenciais, muitos usuários utilizam o fogão à lenha, pois não estão inseridos no mercado de trabalho, seja pela idade, ou deficiência, tutora de menores (grande parte avós maternas), entre outros. Diante desse cenário, o profissional se esmera em garantir o acesso ao aporte, por mais que ele esteja preparado, as instituições em geral controlam as condições e os meios de trabalho.

[...] o Serviço social tem sido reconhecido como “profissão liberal” nos estatutos legais e éticos que definem a autonomia teórico-metodológica, técnica e ético-política na condução do exercício profissional, o trabalho do assistente social é tencionado pela reação de compra e venda de sua força de trabalho especializada. A condição de trabalhador assalariado – seja nas instituições públicas ou nos espaços empresariais e privados “sem fins lucrativos”, faz com que os profissionais não disponham nem tenham controle sobre todas as condições e os meios de trabalho postos à sua disposição no espaço institucional (RAICHELLIS, 2011, p. 428).

A partir deste contexto reflete-se, por mais que o assistente social esteja preparado para o exercício profissional e saiba que a profissão defende os direitos sociais e seu compromisso é garantir o acesso, para além do acesso, ele deve buscar não somente as desigualdades em si, mas desvendar a gênese que origina a questão social que imprime da vida dos usuários. Esta reflexão recorda a leitura de Iamamoto (2015) quando discorre o período dos anos de 1980/1990. Portanto cabe salientar que, todos os elementos que aludem a precarização do trabalho do assistente social CRAS Paraboi, e não somente a esse profissional, reflete na organização institucional e no atendimento aos usuários, não está somente no município, também se encontra no âmbito nacional que se vincula com a assistência social.

Desse modo entende-se que, numa instituição como o CRAS para manter-se o desenvolvimento das atividades de trabalho, o essencial recai em manter a manutenção dos equipamentos, é necessário manter o material para oficinas dos Grupos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Esse último tem um significado expressivo de participação no CRAS Paraboi, destacando o Grupo de Mulheres e o Grupo de Mulheres Idosas. Essa referência pauta-se sobre participantes que buscam um lugar para o lazer, preencher o tempo com conhecimentos, outras consideram um espaço de troca e partilha.

Destaca-se que as oficinas fortalecem os vínculos entre as participantes e o quadro funcional. Durante o artesanato há uma troca de experiências, por meio disso há possibilidades de aproximar-se dos usuários do acesso a serviços, projetos, programas. Visto que, abrange uma ampla abertura para o Serviço Social, aproximando os assistentes sociais e estagiários dos reflexos da violação dos direitos dos sujeitos. Percebe-se que isso permite conhecer as demandas emergentes dos indivíduos, partindo de várias intervenções como apresentação de: vídeos, temáticas, aplicação de Projeto de Intervenção de Estágio, entre outros. Situa-se que, o projeto de intervenção, como uma possibilidade para os assistentes sociais desenvolverem de maneira planejada sua prática profissional. Projeto de Intervenção nesse processo nominou-se – Fortalecendo os Laços de Acolhida do Grupo de Convivência das Mulheres Idosas no âmbito Familiar do CRAS Paraboi – Desenvolvido no período de Estágio Curricular Supervisionado I e II, no período de agosto/dezembro de 2016 - maio/agosto de 2017. Objetivo Geral: Contribuir para o fortalecimento de vínculos entre as mulheres idosas do CRAS Paraboi e suas famílias, com vistas a superar a fragilidade de acolhida vivenciada por essas mulheres no âmbito familiar. Público-alvo: Mulheres Idosas de 50 a 85 anos – aproximadamente 30 participantes. Aqui se ressalta a importância desse momento para o estagiário quanto para o profissional, pois ao mesmo tempo em que estagiário visualiza seu processo de intervenção na perspectiva do exercício profissional, o próprio assistente social reflete seu momento enquanto pertencente a este espaço sócio ocupacional.

O estágio supervisionado é um espaço que capacita o acadêmico a uma postura crítica e reflexiva, constituindo um momento único para a formação profissional. Ele proporciona ao estudante a inserção na prática profissional, possibilitando entrar em contato com uma realidade concreta e contraditória. Constitui um espaço de extrema importância para capacitar os discentes na intervenção social (ALMEIDA, 2013, p.6).

Diante disso, faz-se uma observação no processo de estágio apreendida na supervisão acadêmica, esse processo deve ser articulado entre a tríade do estágio, contemplando supervisor acadêmico e de campo junto do estagiário. Essa relação contribui muito para o ensino-aprendizado. Essa troca potencializa as atividades de trabalho e discussões na hora do profissional planejar a intervenções. Cabe evidenciar que, a assistente social norteou o espaço para os estagiários ao contribuir no processo de ensino-aprendizagem, assim como a supervisora acadêmica, possibilitou ao estagiário problematizar o cotidiano do trabalho do assistente social para apreensão da análise da realidade.

Nesse sentido a documentação do Estágio Obrigatório Curricular, em especial, ao Relatório Final de Estágio, a Análise Institucional de Estágio buscou articular teoria-prática pertinente do processo de supervisão de acadêmica e campo. Desse modo vale expressar algumas considerações essenciais sobre a importância da utilização dos documentos como forma de apreensão dos processos de trabalho do assistente social e qualificação para formação

A documentação, como instrumento de formação profissional, não se constitui apenas em registro de observações dos alunos, mas um instrumento essencial de articulação dos fundamentos teórico-metodológico, ético políticos e técnicos-operativos. Consequentemente é um instrumento essencial para a qualificação da competência dos assistentes sociais na materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social no cotidiano profissional. E é nessa perspectiva que essa documentação assume uma importância fundamental na execução dos processos de trabalho dos assistentes sociais (TÜRCK, 2012 p. 26-27).

Nesse sentido busca-se refletir sobre o papel do estágio dentro da instituição, em que este poderá desenvolver seu conhecimento apreendido na graduação, de modo a contribuir na mediação entre profissional, usuário e instituição. Isto ocorre, a partir da articulação da tríade: estagiário, supervisão de campo/acadêmico. Diante disso, essa articulação resulta no desenvolvimento de potencialidades para o trabalho do Serviço Social, dando ênfase à relevância do papel do profissional dentro dos espaços sócio-ocupacionais.

O estágio se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do(a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais (ABEPSS, 2009, p.11).

Diante disso entende-se que, esse cotidiano dá-se de diferentes formas, com particularidades que o assistente social necessita articular as dimensões da profissão (teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político) mediando com a leitura crítica analítica marxista junto de elementos que regulamentam a profissão e legislações. Nesse sentido, estes elementos subsidiam o embasamento para o profissional chegar não somente ao acesso de um direito, mas chegar ao objeto que levou o indivíduo para aquela situação. Recordando que, a questão social está sempre revestindo em novas formas, mas ela é a mesma, isso dependerá das transições do contexto histórico.

Portanto, o estágio é um momento de constante partilha de conhecimento, por meio de reuniões da tríade, ocorre à apropriação do cotidiano do exercício de trabalho do assistente

social, onde o estagiário conhece, observa e reflete junto aos supervisores. A partir desse ponto, o estagiário aprende a sistematizar correlacionando o teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo apreendidas na academia. Essa apreensão dá-se nos momentos de supervisão, onde há uma troca de conhecimento, questionamentos distintos que dão a direção para o estagiário compreender a profissão diante da apropriação do conjunto de elementos que envolvem o trabalho do assistente social, bem como: seus valores éticos, instrumentais e técnicas que são articulados sobre a intencionalidade do profissional.

Os avanços podem ser perceptíveis na relação entre a profissional assistente social junto ao estagiário. Nesse sentido significa que, conforme o desenvolvimento do processo de estágio, muito se explanou a precarização do trabalho desse profissional, isso aos poucos foram norteando estratégias para se trabalhar de maneira que o profissional se fortalecesse diante das dificuldades postas no seu cotidiano. Outro avanço pauta, o projeto de trabalho do assistente social em que ainda está se tentando inserir no cotidiano da instituição, a passos lentos, mas já está sendo articulado com o quadro funcional. Desse modo, verifica-se que o projeto de trabalho organiza o exercício profissional, facilitando a uma análise diária da realidade e com o compromisso do projeto ético político. Pois quando o assistente social se insere nas instituições necessita ter um posicionamento político e uma teoria a seguir seguida pela regulamentação da profissão citadas anteriormente.

No entanto identifica-se que, o profissional poderia contribuir com o planejamento, monitoramento a fim de trazer benefícios à qualidade do atendimento, entre outros. Essa contribuição do assistente social poderia ser centralizada junto ao diálogo com a Coordenadora da instituição, a partir de uma reunião semanal ou quinzenal, em comum acordo entre esses profissionais, articulando, planejando as estratégias para capacitar cada setor para qualificar o atendimento. Desse modo, criam-se as possibilidades de monitorar e beneficiar os usuários no atendimento. Em síntese, a relevância em o profissional reconhecer a importância dos estagiários no cotidiano de trabalho, reconhecendo que o trabalho do assistente social é uma luta constante dos reflexos de cada nova forma de reestruturação do mundo do trabalho. Pois as crises rebatem na vida de todos trabalhadores assalariados e traz consigo as expressões da questão social com novas roupagens e isso se torna um desafio diário.

Portanto, conforme elencados anteriormente os desafios tais como, reconhecimento do papel do assistente social na instituição, grande fluxo de demandas, fortalecimento do Serviço Social no âmbito institucional de modo a ampliar o conhecimento da proposta de trabalho que visa emancipação de cidadania e direitos sociais igualitários, sem qualquer forma de

exploração, entre outros. Esses desafios, em seu conjunto, são processos que contribuem para a precarização do trabalho do assistente social e também da própria política e do atendimento aos usuários. Avanços, tais como planejamento de reuniões, capacitação permanente do quadro funcional do CRAS que qualificam o atendimento aos usuários e geram-se os vínculos entre ambas às partes, que tonificam a valorização do trabalho em equipe e o acesso aos serviços, programas, entre outros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A condução do presente estudo proporcionou desenvolver consideráveis reflexões acerca de responder o problema inicial: Como se configura o processo de precarização do trabalho do assistente social na sociedade contemporânea, tendo como norte o projeto Ético-Político Profissional? Com isso procurou-se problematizar como se configura o processo de precarização do trabalho do assistente social na sociedade contemporânea, visando contribuir com o fortalecimento da categoria profissional enquanto classe trabalhadora, com vistas a um norte, a materialização do Projeto Ético-Político.

Diante disso, no primeiro capítulo se discorreu a respeito da Precarização do trabalho na sociedade capitalista, tecendo um breve resgate histórico e conceitual acerca da categoria trabalho visando explicitar as suas dimensões contraditórias e, com isso, contribuir para o fortalecimento de processos de resistências da classe trabalhadora. A partir disso, buscou-se conceituar a categoria trabalho, a modo de especificar a configuração e relação para com a vida do ser social, ao explicitar como ela incide na sociedade capitalista.

O contexto histórico primitivo baseava-se pela caça e coleta de alimentos da natureza e expressava a socialização e cooperação social, o que diverge com o desenvolvimento humano e do trabalho em si na atualidade. Diante disso evidenciou-se que o homem primitivo usufruía do que a natureza tinha de melhor, ou seja, vivia da pesca, da coleta de alimentos, fabricava seus utensílios, dentre outros. A partir desses aspectos o homem passou a socializar, ou seja, começou a desenvolver ações coletivas, ou seja, unindo-se a bandos para caçar e vivendo em tribos.

Desse modo, o desenvolvimento dos atributos da espécie humana, a partir da atividade do trabalho junto a um processo envolve três intercâmbios da natureza mediados: a consciência, a técnica e a sociabilidade. Identificou-se que, o desenvolvimento do homem foi traçado por duas dimensões relevantes meio aos intercâmbios, sendo que a primeira indica homem e natureza, a segunda é o trabalho e suas múltiplas formas histórico-sociais.

Desse modo, foi necessário analisar as formas de trabalho sociais, percorrendo do trabalho escravo ao trabalho assalariado. Assim cada forma de trabalho imprime um conjunto de fatores que envolvem o desenvolvimento do homem na sociedade e não diferente do trabalho em si, cada mudança no interior da categoria trabalho ocorre sobre as condições sócio-históricas de cada período. Enfatiza-se que a partir disso, expressaram-se as relações sociais, a sociabilidade, que derivam múltiplas atividades pela prática instrumental na qual o homem lutava pela sua sobrevivência.

Diante destas reflexões, o estudo verificou que a partir da socialização, ou as relações sociais, surgiu às contradições do mundo do trabalho. Estas contradições se estruturam sobre a acumulação de riqueza na esteira do sistema do capital, pois seu contexto sócio-histórico emerge na etapa do desenvolvimento das forças produtivas. Nessa última, estão imbricadas a criação da ciência e a tecnologia que mudou os rumos do trabalho primitivo. Assim, verifica-se que, a partir desses elementos se evidenciam os estranhamentos por conta da evolução das civilizações, do trabalho, as relações sociais.

No entanto constatou-se que, a partir do trabalho escravo, mudam-se as configurações do trabalho, surgem a divisão hierárquica de trabalho, a propriedade privada, o Estado político e as classes sociais. Nesse sentido, observou-se que as classes versam duas modalidades: os exploradores e os explorados. Esse fator determinou a potência hierárquica da classe dominante que assola até hoje sobre a classe trabalhadora.

Evidenciou-se que o trabalho assalariado surge com a instituição da sociabilidade capitalista mediante a constituição de um livre mercado de trabalho, no qual se insere ao mercado vigente. Desse modo identifica que, o trabalho estranhado visto como trabalho escravo no mundo moderno passa configurar-se como trabalho proletário, cujas atividades de trabalho são praticadas pelo trabalhador livre.

Nesse contexto, em meados do século XV o homem que era detentor dos meios de trabalho, perde sua autonomia frente ao surgimento do modo de produção capitalista. Já com a inserção da classe burguesa, a mesma passa a ser detentora dos meios de produção e propriedades privadas impondo-se sobre a classe trabalhadora. A partir destes elementos, é possível considerar a origem da gênese do capital, a extração da mais-valia. O homem passa a vender sua força de trabalho para o capitalista e este o transforma em mercadoria.

Verificou-se que neste processo origina-se o excedente de produção, em que este transforma a sociedade em mercantilização onde tudo se torna mercadoria, gerando o consumismo, precarizando o mundo do trabalho, em especial o trabalho do assistente social sendo este um trabalhador assalariado, que perpassa por processos de trabalho precários, com falta de recursos humanos, materiais e financeiros. Pois a forma de trabalho na sociedade capitalista constitui-se sobre trabalho assalariado, no entanto cabe salientar que o capital reforça arbitrariamente a visão de lucro nas relações sociais, excluindo os trabalhadores do excedente de produção, se apropriando da subjetividade do trabalhador. Esse processo do capital não tem um fim, percorre caminhos ao fugir de crises criando formas para manter sua magnitude.

Diante disso o capital necessita continuamente conduzir sua existência firmando pactos com empresas, seja pública ou privada, com países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, se apropriando desta conjuntura para poder se manter no poder ditando as regras. No entanto considera-se que com essas relações o capital junto a seus colaboradores criam processos para capturar o mundo do trabalho. Exemplos disso são as formas que o capital vem apresentando desde seu surgimento com modelos de estruturar o trabalho, sendo fordismo, taylorismo e toyotismo. Em especial, o toyotismo, um mecanismo de reestruturação vigente na sociedade contemporânea, em que busca fragmentar o trabalho a partir da exclusão de trabalhadores do mundo do trabalho, exigindo no mercado, um trabalhador “qualificado”, operando no processo de trabalho uma máquina. Ou seja, um trabalhador que esteja habilitado em realizar várias atividades ao mesmo tempo a partir de uma máquina.

Constata-se que as barbáries que o modelo toyotismo tem produzido, não somente no Brasil, mas também repercute mundialmente, gerou a acumulação flexível, o que expressa a precarização do mundo do trabalho, expressada nas diversas formas como o desemprego estrutural, retirado dos direitos dos trabalhadores, exploração do trabalho feminino, exploração do trabalho infantil, exclusão dos sindicatos, dentre outros, com o intuito de conter a classe trabalhadora para não se organizarem e reivindicarem os seus direitos.

Nesse sentido, evidencia-se que a partir dessas transformações no mundo do trabalho, causado pela flexibilização do trabalho, estão expressas a novas configurações da questão social, objeto de trabalho do assistente social, que rebate diretamente nos espaços sócio ocupacionais em que este profissional está inserido. Mas não somente a este profissional, e sim toda a classe trabalhadora. Desse modo entende-se que é necessário o redesenho do mundo do trabalho imprime desafios para a categoria profissional, seja no âmbito político-organizativo do exercício profissional e na formação profissional.

O capítulo três objetivou realizar um estudo para analisar de que forma o Serviço Social se insere como profissão interventiva diante da produção e reprodução das relações sociais expressas pelas transformações da reestruturação social que resultam a questão social e suas múltiplas expressões. Este capítulo foi dividido em dois subcapítulos que norteiam a presente questão, trazendo novos aspectos a respeito da institucionalização do Serviço social no Brasil e as suas influencias teórico-metodológicas.

Um dos aspectos preponderante neste processo se configura no contexto sócio-histórico que permeia a institucionalização do Serviço Social, da gênese a contemporaneidade, em que esta trajetória possibilita o entendimento a respeito do surgimento desta categoria profissional, permeado pelas transformações sócio-históricas e o

surgimento da profissão em um contexto de inserção do modo de produção capitalista na relação contraditória entre capital x trabalho.

Nessa ótica, considera-se importante discorrer sobre o Serviço Social na contemporaneidade: precarização do trabalho do assistente social e o projeto Ético-Político Profissional. Observa-se a relevância de abordar as transformações no mundo do trabalho e o impacto dessas alterações no trabalho do assistente social, no intuito de compreender as metamorfoses da precarização e suas contradições presentes no tanto no exercício profissional como de qualquer trabalhador assalariado. Além disso, o assistente social tendo como compromisso a materialização do projeto Ético-Político Profissional diante da legislação que o orienta, possibilitando o reconhecimento à liberdade como valor central diante de práticas democráticas. Nesse sentido reconhece-se a autonomia, a emancipação, a expansão dos indivíduos sociais, eliminando qualquer forma de preconceito que fortalecerá a defesa dos direitos humanos, entre outros.

Assim, reafirma-se a importância de questionar e refletir. Os desafios postos aos assistentes sociais, nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Um dos desafios do Serviço Social na contemporaneidade é analisar o contexto histórico da realidade que se expressou desde sua maturidade com sua inserção na divisão sócio técnica do trabalho. Outro ponto se encontra na busca das práxis transformadoras dentro das instituições, analisando seus limites e possibilidades, de forma a legitimar a sua autonomia, tendo como norte o projeto profissional.

Assim, no capítulo quatro que tinha por objetivo relatar a experiência de estágio I e II no Centro de Referência de Assistência vivenciada no CRAS Paraboi, a fim de contribuir com o processo de explicitação e enfrentamento da precarização do trabalho do assistente social no âmbito do CRAS. Identificou-se que no processo de estágio o CRAS perpassou por dois períodos de cortes orçamentários, dificultando no desenvolvimento das atividades da instituição. No que diz respeito a essas atividades com os grupos de convivência, foi essencial informar os usuários essas dificuldades de modo mais amplo, conquistando assim o fortalecimento dos vínculos para o desenvolvimento das atividades e manter a participação contínua dos mesmos. O quadro funcional foi reduzido chegando a não possuir coordenador na instituição por um período de quatro meses. A partir desta realidade, foi possível observar que tanto os usuários como os profissionais, em especial o assistente social, necessitam criar estratégias em conjunto com os demais profissionais para conseguir dar andamento nas atividades.

Constatou-se que, diante deste processo de cortes evidenciou-se que existe um sistema de rotatividade que gera os processos de precarização, como por exemplo, rodizio de

profissionais, do veículo para as visitas domiciliares, redução do aporte nutricional e, condicionantes para os usuários receber os benefícios socioassistenciais. Neste sentido, evidenciou-se que a precarização não está situada somente na instituição CRAS Paraboi, ela está imbricada nos períodos sócios- históricos que geram as crises do capital conjuntural em nível nacional e mundial. O desafio é enfrentá-la no cotidiano de trabalho institucional, reelaborando novas estratégias, habilidades que originem uma prática política e democrática.

Quanto ao processo que o profissional assistente social está condicionado que precariza seu trabalho, quando necessita fazer escolhas entre os usuários, por exemplo, ao conceder o Aporte Nutricional, ao identificar o “mais necessitado entre os necessitados”, e muitas vezes o profissional reconhece que esta ação vai contra aos seus princípios éticos, causa um mal-estar, muitas vezes gera-se o adoecimento físico e mental, pelo constrangimento de não garantir um direito essencial para o usuário, pois foi preparado para agir de forma ética e humanizada com usuários beneficiários dessa política.

Outra questão que foi possível evidenciar conforme a Norma Operacional Básica Recursos Humanos (2009), órgão que regulamenta a organização da instituição, define um quadro funcional de acordo com o porte de famílias referenciadas no CRAS, nesse caso o CRAS Paraboi, dispõe de um quadro mínimo de funcionários, sendo evidente a sobrecarga de trabalho tanto para o técnico assistente social, quanto para toda a equipe multiprofissional.

Por fim, retomando as considerações acerca do problema de estudo como se configura o processo de precarização do trabalho do assistente social na sociedade contemporânea, tendo como norte o projeto Ético-Político Profissional? Diante deste contexto pode enfatizar alguns desafios e avanços para o desenvolvimento do trabalho do assistente social, diante as transformações do mundo do trabalho. Portanto, conforme elencados anteriormente os desafios, por exemplo, reconhecimento do papel do assistente social na instituição, grande fluxo de demandas, o rodizio e a redução do quadro funcional, corte de recursos orçamentários institucionais, o entendimento que o Serviço Social não se remete uma prática assistencialista muitas vezes dificultam o trabalho do assistente social. Esses desafios, em seu conjunto, são processos que contribuem para a precarização do trabalho do assistente social e também da própria política e do atendimento aos usuários. Por outro lado, os avanços representam a materialização dos processos de resistências da classe trabalhadora, a qual se insere os assistentes sociais. Os avanços, tais como planejamento de reuniões com a equipe do CRAS, o reconhecimento de que o assistente social possui atribuições e competências estão sendo dialogado com os gestores, a passos lentos, mas sendo fortalecidos diariamente.

Atualmente os usuários fortaleceram os vínculos com o assistente social e com o quadro funcional,

Um dos avanços pode ser perceptível na relação entre a profissional assistente social junto ao estagiário. Nesse sentido significa que, conforme o desenvolvimento do processo de estágio, muito se explanou a precarização do trabalho desse profissional, isso aos poucos foram norteadas estratégias para se trabalhar de maneira que o profissional se fortalecesse diante das dificuldades postas no seu cotidiano.

Outro avanço evidencia-se no projeto de trabalho do assistente social em que ainda está se tentando inserir no cotidiano da Instituição, a passos lentos, mas já está sendo articulado com o quadro funcional. Desse modo, verifica-se que o projeto de trabalho organiza o exercício profissional, facilitando a uma análise diária da realidade e com o compromisso do projeto ético político. Pois quando o assistente social se insere nas instituições necessita ter um posicionamento político e uma teoria a seguir seguida pela regulamentação da profissão citadas anteriormente.

Identifica-se também que, o profissional pode contribuir com o planejamento, monitoramento a fim de trazer benefícios à qualidade do atendimento, entre outros. Em síntese, a relevância em o profissional reconhecer a importância dos estagiários no cotidiano de trabalho, reconhecendo que o trabalho do assistente social é uma luta constante dos reflexos de cada nova forma de reestruturação do mundo do trabalho. As crises rebatem na vida de todos trabalhadores assalariados e traz consigo as expressões da questão social com novas roupagens, e isso se torna um desafio diário.

A precarização do trabalho do assistente social na contemporaneidade não pode ser resumida somente pelos impactos do modo de acumulação flexível, mas pelo percurso de suas lutas desde sua gênese. Porém, o estudo, identificou que desde os anos de 1980, para além de seus avanços, ético e político e a fundamentação na matriz teórico-metodológica – Método Dialético Crítico de Marx. Os profissionais, ainda necessitam aprofundar-se sobre os objetivos do projeto Ético-Político Profissional para dar sustentação à prática profissional, a modo de responder as novas refrações das expressões da questão social. Considera-se que, para além da precarização, a perspectiva é a retomada intelectual da magnitude do Projeto Ético-Político pelos profissionais e futuros assistentes sociais.

Assim pressupõe-se que, surgirão estratégias e preposições para mudar a realidade que precariza o exercício profissional, reafirmando o papel do Serviço Social nos espaços sócio-ocupacionais em que se inserem. Desse modo, abre-se um dos caminhos que possam multiplicar essa temática, pois o fortalecimento dessa mudança que alude à materialização do

projeto profissional está entre outras dimensões, por exemplo, junto aos conselhos regionais – Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) – ao conjunto - Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS); Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Destacando a base acadêmica, sendo esta base que norteou o despertar para esse estudo. Como futura assistente social é inevitável não ter um olhar sensível para a categoria profissional, elemento essencial para enfrentar os rebatimentos que a profissão sofre no cotidiano do trabalho do assistente social.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social** – ABEPSS, 2009.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho** / Giovanni Alves. 2ª edição– Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ANTUNES, Ricardo, 1953. **Adeus ao trabalho? : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho** / Ricardo Antunes. – 15. ed. - São Paulo : Cortez, 2011.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos** / Maria Lucia Barroco. – 4 ed. – São Paulo, Cortez, 2006.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 3ª ed. Biblioteca Básica do Serviço Social, v.2, São Paulo: Cortez, 2007. Disponível em: <http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-1.pdf>. Acesso em: 20, Nov. 2017.

BRASIL. **Constituição Federal** / [organização Editora Jurídica da Editora Manoel]. – 9. Ed. atual até EC n. 95/2016 – Barueri. SP. Brasil, 2017. 288p.

_____. Prefeitura Municipal de São Borja. Disponível em: <<http://www.saoborja.rs.gov.br/index.php/dados-gerais>>. Acesso em: 20 Nov. 2017.

_____. **Caderno de Orientações, Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Articulação necessária na Proteção Social Básica**. Brasília 2015.

_____. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. – 10ª. ed. rev. e atual. - (Brasília) : Conselho Federal de Serviço Social, (2012).

_____. **Lei de Regulamentação da Profissão N° 8.662/1993**.

_____. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Brasília.

_____. **Política de assistência Social – PNAS/SUAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2004.

_____. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília (DF) – 2009.

_____. **Resolução Conselho Federal de Serviço Social – CFESS n° 533**. Brasília, 2008.

_____. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social NOB/SUAS**, Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nob_suas.pdf>. Acesso em: 20 Nov. 2017.

_____. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social Anotada e Comentada** – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf>. Acesso em: 20 Nov. de 2017.

CFESS, Conselho Federal do Serviço Social. **Resolução CFESS n° 493**. Brasília, 2006.

COUTO, Berenice Rojas. **Formulação de projeto de trabalho profissional**. In: CFESS. **Serviço Social – Direitos Sociais e Competências Profissionais**, Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/C8pQHQOyl68c9Bc41x5Y.pdf>>. Acesso em: 30 de Nov. de 2017.

FERREIRA, José Wesley. **Sociologia do trabalho** / José Wesley Ferreira. – Ijuí : Ed. Unijuí, 2012. – 52 p. – (Coleção educação a distância. Série livro-texto).

FREIRE, Abraão dos Santos; CÂNDIDO, Sandra da Silva. **Uma análise da origem do Serviço Social no Brasil**. Revista Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira. ANO VI – n° 08, setembro 2013 – ISSN – 1983-1285.

GASPAR, Ricardo Carlos. **O avanço da internacionalização do capitalismo contemporâneo: um ensaio de interpretação crítica da globalização**. PESQUISA & DEBATE, SP, volume 10, número 2 (16), 55-87, 1999. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/viewFile/11919/8629>>. Acesso: 30 de Outubro de 2017.

GIRELI, Claudia V Vieira. **Projeto de Intervenção : Fortalecendo os Laços de Acolhida do Grupo de Convivência das Mulheres Idosas no âmbito familiar CRAS Paraboí**. Município de São Borja-RS - Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, 2017.

_____. **Relatório Final de Estágio. Município de São Borja-RS** - Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, 2017.

GOMES, Kelines. **Competência técnico-operativa em Serviço Social** / Kelines Gomes, Simone da Fonseca Sanghi, Maria Suzete Müller Lopes. – Canoas: Ed. ULBRA, 2010

GUERRA, Yolanda. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. In: CFESS. **Serviço Social – Direitos Sociais e Competências Profissionais**, Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/C8pQHQOyl68c9Bc41x5Y.pdf>>. Acesso em: 29 de Jun. de 2017.

_____. Yolanda. **Análise dos Dados da Pesquisa sobre o Estado da Arte da Implementação das Novas Diretrizes Curriculares. Oficina descentralizada de ABEPSS “10 Anos de diretrizes curriculares – um balanço necessário”**. MG: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2006. Texto mimeo

GUIMARÃES, G. T. D. & ROCHA, M. A. M. **Transformações no mundo do trabalho: repercussões do trabalho do assistente social a partir da criação da LOAS**. Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 7 n.1 p. 23-41. jan. / jun. 2008. Disponível

em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7966/2/TransformacoesnomundodotrabalhorepercussoesnomercadodetrabalhodoassistentesocialapartirdacriacaodaLOAS.pdf>>. Acesso em: 29 de Outubro de 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche : capital financeiro, trabalho e questão social** / Marilda Villela Iamamoto. – 4. ed. – São Paulo : Cortez, 2010.

_____. Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. ed. São Paulo, Cortez, 2015.

_____. Marilda Villela. **Relações sociais e serviço social no Brasil : esboço de uma interpretação histórico-metodológica** / Marilda Villela Iamamoto, Raul de Carvalho. – 41. ed. – São Paulo : Cortez, 2014.

_____. Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social** / Marilda Villela Iamamoto – 2ª ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

JACCOUD, Luciana. **Concepções e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. UNESCO, 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/concepcao_gestao_protecaosocial.pdf>. Acesso em: 14 de novembro de 2017.

LAGIOTO, Nanci. **Autonomia profissional x trabalho assalariado: exercício profissional do assistente social**. In: Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (CRESS). A dimensão Técnico-Operativa no Serviço Social, Minas Gerais, 2013.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social : identidade e alienação** / Maria Lúcia Martinelli. – ed. – São Paulo : Cortez, 2011.

MARX, Karl, 1818-1883. **Contribuição à crítica da economia política / Karl Marx**; tradução e introdução de Florestan Fernandes.-2.ed. - São Paulo : Expressão Popular, 2008. 288p.

MOTA, Ana Elizabete. **Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista**. In: CFESS. Serviço Social – Direitos Sociais e Competências Profissionais, Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/C8pQHQOyl68c9Bc41x5Y.pdf>>. Acesso em: 31 de Jun. de 2017.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx** / José Paulo Netto. 1.ed. São Paulo : Expressão Popular, 2011. 64 p.

_____. José Paulo. **O Movimento de Reconceituação 40 anos depois**. Revista Serviço Social & Sociedade, nº 84 – Ano XXXVI – novembro 2005.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social : um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social** / Reinaldo Nobre Pontes. – 3. ed. – São Paulo : Cortez, 2002.

RAICHELIS, R. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

SILVA, Elaine Cristina da. **Transformações da essência do trabalho na era do capital: algumas considerações acerca do trabalho no modo de produção capitalista.** Congresso Catarinense de Assistentes Sociais, de 22 a 24 de Agosto de 2013. Florianópolis / SC.

SILVA, Maria Izabel da. **A apropriação das obras de Ricardo Antunes pelo Serviço Social: A categoria em debate.** Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2014. Disponível em: <http://www.franca.unesp.br/Home/Posgraduacao/ServicoSocial/tese_final_pos_banca-defesa.pdf>. Acesso em: 15 de novembro de 2017.

TEIXEIRA, Barata Joaquim. **O projeto ético-político do Serviço Social.** In: CFESS. Serviço Social – Direitos Sociais e Competências Profissionais, Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/C8pQHQOyl68c9Bc41x5Y.pdf>>. Acesso em: 26 de Nov. de 2017.

TÜRCK, Maria da Graça Maurer Gomes. **Serviço Social: Os Processos de trabalho dos Assistentes Sociais Elaboração de Documentação: Implementação e Aplicabilidade** / Maria da Graça Maurer Gomes Türk. – 3. Ed. ver .atual. Porto Alegre: Graturck, 2012.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O significado sócio - histórico da profissão.** In: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.